

Paula Angels

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
UM OLHAR SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO MEDIOTEC
EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Nise Maria Tavares Jinkings.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Angels, Paula

Educação profissional e tecnológica : um olhar sobre a implementação do MedioTec em Florianópolis-SC / Paula Angels ; orientadora, Nise Maria Tavares Jinkings, 2018.

108 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Ensino Profissional e Tecnológico. 3. MedioTec. 4. Dualidade Estrutural. I. Jinkings, Nise Maria Tavares. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Paula Angels

**Educação Profissional e Tecnológica: Um olhar sobre a
implementação do MedioTec em Florianópolis/SC.**

Este trabalho de conclusão da licenciatura foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais, e aprovado em sua forma final.

Florianópolis, 04 de julho de 2018.

Professor Tiago Daher Padovezi Borges
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Dra. Nise Maria Tavares Jinkings
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Maria Soledad Etcheverry Orchard
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Luciana Pedrosa Marcassa
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta pesquisa às trabalhadoras
e trabalhadores assalariadas(os)

AGRADECIMENTOS

Entrar na Universidade não é uma tarefa fácil, mas há quem diga que sair dela é ainda mais difícil. Depois de sete anos de graduação é chegada à hora de finalizar este ciclo. Furar a bolha. Antes de ter a chance de desesperar, uma amiga querida me disse “fique calma, você vai se formar e esse TCL será feito por muitas mãos”. Mãos que apoiaram, acalentaram e que não me deixaram esmorecer.

Por isso, em primeiro lugar agradeço a minha mãe Zenaide e a minha irmã Bruna, pelo imenso amor e por todo apoio e incentivo. Sem vocês eu certamente não chegaria até aqui.

Sou grata a todas as pessoas que em alguma medida marcaram minha trajetória escolar e acadêmica. As(os) meus colegas das Ciências Sociais que me ensinaram tanto, especialmente aos que participaram ao meu lado do PIBID, programa tão importante para minha formação enquanto futura professora.

Agradeço a todas(os) as(os) professoras(es) do curso, principalmente a professora Nise Maria Tavares Jinkings, pelo relação de confiança e incentivo construídas. Ao CEDUP-JL e ao IEE, por tornarem este TCL possível.

Como militante, agradeço as(os) companheiras e companheiros do EIV-SC e aos movimentos sociais da Via Campesina, que me trouxeram a Florianópolis e que despertaram em mim a vontade de lutar por uma sociedade socialista. Na UFSC, agradeço ao Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais, ao UFSC à Esquerda e a todas e todos que travaram verdadeiras batalhas em defesa das pautas estudantis.

Agradeço a todas as minhas amigas, especialmente a Ellen e Giana que me fortalecem e inspiram. À Ângela, Ananda, Letícia, Liziana, Raíza, Tamara, Bettina, Addia, Heloísa e Michele, que me ensinaram que só a luta muda a vida. A Juh, meu anjo mais velho. Ao Pablo, um agradecimento especial, pela amizade e companheirismo de tantos anos.

Por fim, agradeço à minha companheira Anaíra: *Te quiero porque eres tantas cosas bellas que me haces creer que soy.* (La Complicidad, Perota Chingo, 2012).

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Nada é impossível de mudar: Bertolt Brecht
(1898-1956)

RESUMO

Nesta pesquisa analiso a implementação do MedioTec em Florianópolis, ação do PRONATEC apresentada pelo governo federal em dezembro de 2016, que se propõe a ofertar formação profissional e tecnológica, concomitante ao Ensino Médio regular. O estudo objetivou compreender a elaboração e a implementação dessa política educacional, considerando as características socioeconômicas e políticas do contexto de reestruturação produtiva e de flexibilização do trabalho, no qual se insere. A pesquisa fundamentou-se nos princípios marxistas, que consideram a historicidade dos processos sociais e das contradições que os constituem, tomando o objeto de estudo como parte de uma totalidade histórica. Os procedimentos de pesquisa centraram-se em investigação documental – leis, decretos, portarias, pareceres, editais etc., referentes a política nacional de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – e em entrevistas semi-estruturadas com os agentes sociais responsáveis pela gestão e execução do MedioTec nas escolas pesquisadas, situadas no município de Florianópolis (SC). A análise apresentada sugere que o MedioTec é uma ação pensada para atender prioritariamente as demandas de mercado, tomando a qualificação profissional como política compensatória e não como um direito social emancipatório.

Palavras-chave: Ensino Profissional e Tecnológico; MedioTec; Ensino Médio Concomitante; Dualidade Estrutural.

ABSTRACT

In this research I analyse the implementation of the MedioTec in Florianópolis, a PRONATEC's action presented by the federal government, in December of 2016, which has as propose offer technological and profisional formation during the regular High School. The object of this study was understood the elaboration and implementation of this political education, considering the socioeconomic and political characteristics of the context of productive income and work flexibility in which it is inserted. The research was based on Marxist principles, which consider the historicity of social processes and the contradictions that constitute them, taking the object of study as part of a historical totality. The research procedures focused on documentary research - laws, decrees, ordinances, opinions, edicts, etc., referring to the national policy of Professional Technical Education of Medium Level - and in semi-structured interviews with the social agents responsible for the management and execution of MedioTec in the schools surveyed located in the city of Florianópolis (SC). The analysis presented suggests that MedioTec is an action thought to attend the market demands primarily, considering the professional quialification as a compensatory politic and not as an emancipatory social right.

Key words: Technological and Professional Teaching; MedioTec; Concomitant High School; Structural Duality

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CEDUP-JL – Centro de Educação Profissional Dr. Jorge Lacerda
CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EM - Ensino Médio
EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
FIC - Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
FURB - Universidade Regional de Blumenau
IEE – Instituto Estadual de Educação
IFETs - Institutos Federais de Ciência e Tecnologia
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDSA - Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
MEC – Ministério da Educação
MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NRF - Novo Regime Fiscal
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação na Escola
PNE - Plano Nacional de Educação
PPCU - Projetos Pedagógicos dos Cursos Unificados
PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PSS – Processo Seletivo Simplificado
PT - Partido dos Trabalhadores

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RPEDE - Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação

SED-SC – Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SNA - Sistema Nacional de Aprendizagem

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| | INTRODUÇÃO | 19 |
| 1 | PERMANÊNCIAS E IMPERMANÊNCIAS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO FEDERAL NOS ÚLTIMOS 25 ANOS | 27 |
| 1.1 | ASPECTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS GOVERNOS DE FHC, LULA E DILMA | 29 |
| 1.2 | A ATUAL POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO TEMER | 39 |
| 2. | MEDIOTEC: UMA AÇÃO DO PRONATEC | 49 |
| 2.1 | O MEDIOTEC, NO ÂMBITO DO PRONATEC | 49 |
| 2.2 | O MEDIOTEC EM SANTA CATARINA | 60 |
| 3 | A IMPLEMENTAÇÃO DO MEDIOTEC EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FLORIANÓPOLIS | 67 |
| 3.1 | PARCEIROS DEMANDANTES E A ESCOLHA DOS CURSOS OFERTADOS | 69 |
| 3.2 | DOS SEMINÁRIOS DAS PROFISSÕES | 74 |
| 3.3 | ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO .. | 76 |
| 3.4 | ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL | 79 |
| 3.5 | CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES(AS) | 83 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 89 |
| | REFERÊNCIAS | 95 |
| | ANEXO 1. ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM AGENTES RESPONSÁVEIS PELA OFERTA DO MEDIOTEC NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PESQUISADAS | 103 |
| | ANEXO 2. MATRIZ CURRICULAR: TÉCNICO EM DANÇA | 106 |
| | ANEXO 3. MATRIZ CURRICULAR: TÉCNICO EM ARTES CIRCENSE | 107 |
| | ANEXO 4. MATRIZ CURRICULAR: TÉCNICO EM HOSPEDAGEM | 108 |

INTRODUÇÃO

Sarney tivesse controlado a inflação
 não teria parado a indústria nacional
 veja-se a vergonha vejam-se os filhos
 desta terra tradicional de braços cruzados

acabaram-se os cruzados acabaram-se
 parados todos parados inflamaram-se
 e o |enclave| desabou à multidão
 [seu alfredo passou todo o período da

grande greve geral dentro da fábrica
 de toalhas talvez coberto de fiapos de
 algodão porque precisava alimentar
 os três filhos uns porcos talvez

um cão] mas a verdade é que não sabia
 o que fazer parado não tinha assunto
 não acreditava no sindicato e talvez
 hoje eu disse a ele: pai, eu também

não - porém é preciso lutar contra o ostracismo
 contra essa mão in(di)visível que estrangula
 até o coração parar até o sujeito agonizar
 completamente derrotado.

Marcelo Labes - Enclave

Recordo que desde muito nova, deste mesmo |enclave|, costumava acordar às 7:00 da manhã com o barulho das máquinas de costura da minha mãe. Muitas foram as vezes em que ao me recolher, custava a dormir, já que as máquinas de costura em que minha mãe trabalhava, me impediam de cair no sono. Embora minha mãe continue com mesma carga horária de trabalho de quase 12h por dia, nas mesmas máquinas de costura, nesses quinze anos muitas coisas aconteceram. Nas escolas do |enclave| aprendemos que o trabalho dignifica, que devemos estar atentos(as) às oportunidades e gratos(as), por vivermos em um lugar tão próspero. Afinal, Blumenau à época era conhecida não só pela Oktoberfest, mas também pelas tradicionais indústrias têxteis que movimentam a economia da cidade. Desde meu ingresso no ensino médio regular fui incentivada a investir na educação técnica através dos cursos ofertados pelo Sistema S - sobre o qual tratarei no decorrer deste

trabalho -, sob os argumentos de que esta seria minha melhor oportunidade para entrada no mercado de trabalho. Após três anos de formação técnica, concomitante ao Ensino Médio, obtive dois diplomas, sendo eles: Técnica em Processos Industriais do Vestuário e Técnica em Marketing de Vendas. A priori, a partir dessa formação, estaria eu apta a ingressar no mercado de trabalho Blumenauense. Entretanto, não foi o que ocorreu e comecei a trabalhar como operadora de telemarketing.

Após cursar dois anos de Serviço Social na Universidade Regional de Blumenau (FURB), transferi minha matrícula para as Ciências Sociais acreditando que elas me proporcionariam um maior conhecimento da realidade social vigente e dos mecanismos que a sustentam. Ainda como estudante da FURB me inscrevi para participar do EIV (estágio interdisciplinar de vivência) que ocorria nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). A experiência do EIV foi um divisor de águas na minha vida, pois além de conhecer os movimentos sociais do campo, que compõem a Via Campesina, foi uma experiência única de formação política e pessoal. Os aprendizados e os laços de amizade e companheirismo que se formaram no EIV me trouxeram a UFSC. Afinal, como afirma Paulo Freire (1996) “A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”.

Na UFSC, logo no primeiro semestre me vinculei como bolsista ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), projeto de Ciências Sociais, que fez com que eu reconhecesse as potencialidades da educação pública, despertando em mim o interesse pela docência. Por questões de subsistência precisei abandonar a bolsa do PIBID para voltar ao mercado de trabalho. Durante a graduação trabalhei como vendedora, estagiária, auxiliar de serviços gerais (faxineira) e atualmente como assistente administrativa do ANDES-SN na UFSC. Embora reconhecidos os avanços na democratização do acesso ao ensino superior, por meio do sistema de cotas para os(as) jovens oriundos(as) da rede pública, pretos(as) e indígenas, as políticas de permanência continuam sendo irrisórias.

Em 2017, iniciei meu estágio docente obrigatório no Instituto Estadual de Educação (IEE), e foi durante esse período que tomei conhecimento da ação do MedioTec, em processo de implementação no IEE. Foi o conhecimento preliminar sobre esta nova ação, que visa a oferta de cursos de profissionalização para a juventude em vulnerabilidade socioeconômica, que me senti instigada a questionar e problematizar seus objetivos e as estratégias para que se cumpram as

promessas de garantia de emprego, divulgadas. Assim, o MedioTec tornou-se meu objeto de estudo neste trabalho.

Foi, portanto, em decorrência de um acúmulo de experiências vivenciadas em minha trajetória de vida e escolar, marcadas pela formação técnica e pela ausência de perspectivas profissionais para os(as) jovens filhos(a) da classe trabalhadora, que me levou a escolher este objeto da monografia.

Estudante egressa de escola pública, pretendi refletir sobre a implementação do MedioTec, apresentado pelo Governo Federal no final do ano de 2016 como uma ação do PRONATEC, que visa a formação profissional por meio da oferta de cursos técnicos concomitantes ao ensino médio.

A oferta massiva da educação técnica e profissionalizante tem se apresentado como mais um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais e de adequação ao mundo do trabalho. Conforme Kuenzer:

O Brasil apresenta a constituição de um sistema de ensino marcado pela dualidade estrutural em que a divisão social e técnica do trabalho é categoria imprescindível para a constituição do modo capitalista de produção, rompendo a unidade entre teoria e prática, preparando os sujeitos de forma diferente para que atuem em posições hierárquica e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo. (KUENZER, 1991, p. 6)

Aqui me refiro ao termo “dualidade educacional” a partir da perspectiva de Kuenzer (1991; 1997; 2005), evidenciando as diferenças de qualidade entre a educação oferecida aos filhos e filhas das elites e a educação dos filhos e filhas da classe trabalhadora, com cursos aligeirados e de baixo custo. Para a autora, a distribuição desigual da escolarização tem suas bases nas relações de desigualdade estrutural entre as classes sociais.

Tendo em vista que o MedioTec tem por objetivo declarado¹ garantir que o estudante do programa, ao concluir o curso, esteja apto a se inserir no mundo de trabalho através de parcerias entre as instituições ofertantes, demandantes de vagas e empresas parceiras que garantirão a

¹Segundo o Guia do MedioTec (MEC, 2017b), encontrado em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=64871-guia-meiotec-2017-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192

inserção dos estudantes ao emprego e renda ainda durante o curso, visei analisar o que preconizam os documentos oficiais disponíveis do MedioTec. Entendo que se faz necessário entendê-lo no todo: quais suas bases, como se constituiu enquanto ação do Pronatec, quais os critérios de escolha das instituições ofertantes e quais os agentes mobilizados para que a ação cumpra com os seus objetivos declarados.

Dito isso, aponto como problemática de pesquisa: qual a direção política do MedioTec e em que medida ele visa responder às necessidades sociais e educativas de jovens da classe trabalhadora ou se constitui em mais uma ação voltada unicamente para o atendimento de demandas do capital?

A partir dessa problemática, pretendi como objetivo geral: compreender a elaboração e a implementação da política educacional voltada para o Ensino Técnico, mais especificamente no âmbito do MedioTec, considerando as características socioeconômicas e políticas do contexto de reestruturação produtiva e de flexibilização do trabalho, no qual se insere. Para o alcance desse objetivo, foram formulados os seguintes objetivos específicos: 1 – Analisar o atual contexto político-econômico brasileiro, buscando compreender quais as disputas de classe em torno da formação da classe trabalhadora; 2 – Identificar que concepção de educação tem norteado a oferta de educação profissional e tecnológica do atual governo federal; 3 – Apreender em que medida o MedioTec se articula com o Pronatec e quais suas permanências e impermanências com relação às diretrizes do programa, no que tange à escolha das Instituições Ofertantes, de cursos, do acesso e seleção de vagas, da contratação de professores, da assistência estudantil; 4 – Confrontar os dados contidos nos documentos oficiais que regulamentam o MedioTec com as percepções dos agentes envolvidos na implementação da ação nas instituições de ensino analisadas.

Para compreender como se constitui e o que preconiza uma política pública, faz-se necessária a compreensão do contexto histórico e social que constitui a “síntese de muitas determinações”, à qual as políticas sociais estão submetidas (MARX, 2008, p. 258). Assim, para esta pesquisa, me apoiarei nos princípios fundamentais do marxismo “enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, às condições socioeconômicas de produção dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p. 24).

Ademais, importa sinalizar que esse trabalho se trata de uma pesquisa de cunho exploratório, por ser uma primeira aproximação com o tema. Tendo em vista que a política é recente e que, até o momento, ainda não se tem artigos ou trabalhos publicados que tratem

especificamente do MedioTec, mas algumas discussões pontuais como o trabalho de Oliveira e Miranda.²

Todo o processo de pesquisa, incluindo a análise dos dados, foi conduzido pelo método crítico-dialético, pois este, de acordo com José Paulo Netto (2011, p.23), pressupõe que “a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade”, e sim construída num processo em que o sujeito está “implicado no objeto”. Sendo assim, para o autor, a teoria resultante desse processo exclui a pretensão de neutralidade. Foi a partir dessa concepção que pretendi nortear todo o processo de pesquisa, entendendo que nenhuma produção de conhecimento é neutra, logo, que o objeto de estudo aqui apresentado, o qual versa sobre o desenvolvimento do MedioTec, não está isento das contradições expressas na realidade social. Ao contrário, se constrói justamente em um campo de disputas sociais, que representam os interesses operantes nessa sociedade.

Para Frigotto,

Qualquer que seja o objetivo de análise no campo das ciências humanas e sociais que se queira tratar no plano da historicidade, vale dizer, no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente tomá-lo na relação inseparável entre o estrutural e o conjuntural. Por outra parte, implica tomar o objetivo de análise não como um fator, mas como parte de uma totalidade histórica que o constitui, na qual se estabelecem as mediações entre campo da particularidade e sua relação com uma determinada universalidade. (FRIGOTTO, 2011, p. 236-237)

Dessa forma, entendo que a atual política de educação não pode ser analisada isoladamente e tampouco por suas consequências imediatas, mas sim pela natureza desse fazer como parte de uma totalidade histórica e pelas forças sociais que influenciam na materialização desse processo.

Foram esses os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram a pesquisa e a análise do objeto de estudo. Para o

²Encontrado em:

<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A45.pdf>

desenvolvimento do trabalho, a pesquisa se apertou na revisão bibliográfica, em investigação documental e em entrevistas semi-estruturadas, analisados a partir de uma abordagem metodológica qualitativa. O levantamento e a análise dos documentos oficiais (leis, decretos, portarias, pareceres, editais etc.), referentes a política nacional de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerou-os nas suas determinações históricas e políticas. Portanto, buscou-se situá-los enquanto expressões de políticas governamentais e de interesses de classe, para entender em que contexto, como e com que finalidade foram produzidos.

No que se refere às entrevistas semi-estruturadas, optou-se por esse instrumento metodológico, pois este tipo de entrevista é adequado para quando se deseja delimitar o volume de informações, com o intuito de se trabalhar o tema proposto de forma mais direcionada. A relação e proximidade estabelecidas entre o(a) entrevistador(a) e entrevistado(a) contribui para a obtenção de respostas espontâneas, uma vez que “permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes” (BONI; QUARESMA, 2005, p.76).

As entrevistas foram realizadas com professores responsáveis pela implementação do MedioTec nas unidades escolares pesquisadas, situadas no universo espacial da pesquisa: o município de Florianópolis (SC).

Em Florianópolis, as vagas no âmbito do MedioTec estão divididas em três Instituições de Ensino, são elas: Centro de Educação Profissional Dr. Jorge Lacerda (CEDUP-JL), Instituto Estadual de Educação (IEE) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Para este trabalho decidiu-se analisar a implementação do MedioTec no CEDUP-JL, que oferta atualmente 50 vagas no curso técnico em Hospedagem e no Instituto Estadual de Educação que oferta 25 vagas no curso técnico em Arte Circense e 25 vagas no curso técnico em Dança, por serem instituições estaduais e ofertarem o MedioTec em regime presencial, no contraturno escolar. No CEDUP-JL foi entrevistado o Diretor da escola e no IEE foram entrevistadas a Assistente Regional do MedioTec, a Supervisora de Curso e a servidora responsável pelo Apoio Administrativo no MedioTec.

No primeiro capítulo, a exposição centra-se em uma análise da política educacional brasileira com ênfase na educação profissional, em contexto de reestruturação produtiva e de políticas neoliberais no país. Também apresento uma análise dos documentos institucionais que

tratam das políticas educacionais voltadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desde a década de 1990 - por compreender que esse período demarca o desenvolvimento de novas diretrizes educacionais - até a atualidade.

No segundo capítulo, apresento o MedioTec em paralelo ao programa PRONATEC, que dá origem a ação. Com essa análise, objetivo contribuir para identificar quais discursos estão imbricados na formulação deste programa e ação, durante os Governos Dilma e Michel Temer, respectivamente, e indico o processo de implementação do objeto estudado.

Finalmente, no terceiro capítulo, buscou-se compreender de forma comparativa como ocorreu a implementação do MedioTec e em que medida as estratégias pretendidas estão acontecendo, na prática, em duas escolas estaduais de Florianópolis. Para isso, analisou-se as diretrizes relativas à ação contidas nos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e também na Instrução Normativa que regulamenta a ação em SC, confrontando-as com as informações contidas nas falas dos(as) agentes sociais envolvidos(as) no processo de implementação nas referidas instituições.

1 PERMANÊNCIAS E IMPERMANÊNCIAS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO FEDERAL NOS ÚLTIMOS 25 ANOS

Historicamente como nação periférica, o Brasil, desde o processo de colonização até a sociedade capitalista contemporânea permanece em uma condição de dependência diante dos países de capitalismo central (MARINI, 2011). Esse processo de formação sócio-histórica determinou o lugar que o Brasil e a América Latina ocupariam no capitalismo mundial. Nesse caso, importa registrar que os aspectos da dependência impactam em toda a forma de se organizar de nossa sociedade, inclusive direcionando uma política educacional pautada nas diretrizes dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), a partir da Conferência Internacional de Educação para Todos em 1990, o Banco Mundial elaborou suas diretrizes políticas para as próximas décadas, publicando em 1995 o documento *Prioridades y estrategias para la educación*, (Mundial, 1996). O documento descreve a importância em unir esforços na melhoria da educação básica, afirmando que

A educação, especialmente a primária e a secundária (educação básica) ajuda a reduzir a pobreza aumentando a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fecundidade, melhorando a saúde, e dota as pessoas de atitudes de que necessitam para participar plenamente na economia e na sociedade. (MUNDIAL, 1996. *Apud* SHIROMA, MORAES E EVANGELISTA, 2007, p. 63)

Ao apontar a importância da educação básica e sugerir caminhos para sua melhoria, organismos internacionais como o Banco Mundial e Unesco também defenderam, e ainda defendem, a necessidade de reformas no sistema educacional brasileiro. Segundo essas instituições, seria possível qualificar as pessoas para desenvolver suas funções de forma polivalente, de acordo com as necessidades do mercado, dando ênfase à formação básica que objetiva o desenvolvimento de aptidões e habilidades básicas para a reprodução da força de trabalho (SHIROMA, MORAES E EVANGELISTA, 2007, p. 63).

Existe uma vasta bibliografia, das mais variadas matrizes filosóficas, que se dedica ao estudo das políticas educacionais do Brasil

e evidencia que, historicamente, a política educacional se caracteriza pela descontinuidade de programas e projetos no campo educacional, como analisado por Shiroma, Moraes e Evangelista (2007).

Além do marco da descontinuidade nas políticas educacionais no Brasil, as ofertas educativam sido a expressão das desigualdades estruturais do modo de produção capitalista. Como sustenta Gaudêncio Frigotto (2011, p. 241), “o circuito das estruturas que produzem a desigualdade não foi rompido” neste século, apesar dos avanços no plano social durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Com o apoio dessas análises e constatações, pretendo discutir neste capítulo a permanência de políticas que promovem a dualidade educacional, presentes nos currículos do ensino médio e da educação profissional. Pois é nessa fase da educação escolar que a contradição entre capital e trabalho está mais evidente. É no ensino médio que nos deparamos com o falso dilema da formação propedêutica ou preparação para o mercado de trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Parto da concepção de que a história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes (MARX, 2005). Que a realidade social é construída e produzida, reproduzida e transformada pelos agentes históricos, sob condições e relações sociais determinadas. Dessa forma, o processo de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos, logo da educação, perpassa esses aspectos percorridos, ou seja, assume aspectos que são intrínsecos à forma como se organiza a sociedade capitalista. Por um lado, a educação (tanto a educação formal como os processos educacionais mais amplos) visa responder às suas principais funções na sociedade capitalista, como assinala o filósofo István Mészáros: “(1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da *economia*, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle *político*” (MÉSZÁROS, 2006, p. 275). Por outro, numa sociedade de classes a educação também é espaço de contradições e luta social. Mészáros afirma que a “contestação” da educação, no seu sentido ampliado, “é o maior desafio ao capitalismo em geral, pois afeta diretamente os processos mesmos de ‘interiorização’ por meio dos quais a alienação e a reificação puderam, até agora, predominar sobre a consciência dos indivíduos” (idem, p. 275).

É com base nesses pressupostos que serão tratados neste capítulo alguns aspectos da política educacional dos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva

(2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), assim como da política educacional do atual governo de Michel Temer iniciado com o golpe político-parlamentar de agosto/2016.

1.1 ASPECTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS GOVERNOS DE FHC, LULA E DILMA

Com as transformações no mundo do trabalho ocorridas nas últimas décadas e a crise capitalista que se desencadeia desde a década de 1970 e se intensificou neste século atingindo todas as esferas da vida social, a educação vem sendo palco de mudanças que visam responder a essa crise, em escala mundial. No Brasil a política educacional foi profundamente afetada por esse contexto, o que se evidencia na década de 1990, particularmente sob os princípios e programas neoliberais implementados no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Nessa década, com uma maior abertura econômica do Brasil aliada à reestruturação produtiva e à crescente inserção da tecnologia nos processos de produção, desenvolveu-se um processo de organização produtiva que intensifica as condições de exploração da forma de trabalho, como assinala Ricardo Antunes (2000). Por um lado, ampliando os índices de desemprego e de subemprego, com uma enorme quantidade de trabalhadores e trabalhadoras realizando atividades simplificadas com vínculos precários de contratação. Por outro, intensificando os ritmos de trabalho e aumentando a pressão por produtividade. Ao mesmo tempo, esses processos são apoiados em formas de gestão que visam o envolvimento ideológico dos trabalhadores e difundem um discurso ilusório de “mais participação”, trabalho polivalente, qualificado etc.

A respeito desse discurso empresarial, Antunes (2000, p. 52) afirma “o sentido falacioso da ‘qualificação do trabalho’, que muito frequentemente assume a forma de uma manifestação mais *ideológica* do que de uma necessidade efetiva do processo de produção”. Com efeito, ainda que esse discurso esteja amplamente difundido nos locais de trabalho, é uma parcela restrita da força de trabalho, em geral vinculada a grandes grupos empresariais, que realiza atividades compatíveis com os níveis elevados de conhecimentos e habilidades específicas exigidos.

Nos anos 1990, em consonância com as recomendações de organismos internacionais, que passam a afirmar o papel decisivo da educação no processo de desenvolvimento social e econômico, esta assume papel central também na política nacional. É a partir dessas

recomendações, que os governos brasileiros têm buscado nas últimas décadas efetivar medidas para definir as diretrizes educacionais nacionais, com o intuito de adequar a educação dos jovens às exigências do mercado internacional. Referente aos anos 1990 “[...] o que se busca é a adequação dos objetivos educacionais às novas exigências do mercado internacional e interno, e, em especial, a consolidação do processo de formação do cidadão produtivo” (SHIROMA, MORAES E EVANGELISTA, 2007, p. 65).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil entre os anos de 1995 e 2002, os interesses de mercado foram atendidos prontamente. Exemplo disso é o processo de discussão e implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação nº 9.394, de 1996, que garantiu e reforçou a atuação da educação privada na formação da juventude brasileira. Durante o contexto de implementação da LDB, o campo educacional apresentava diversas disputas entre os(as) que defendiam uma escola laica e gratuita, a partir de um projeto de democratização e universalização da educação brasileira e aqueles e aquelas que defendiam um projeto liberal e privatizante, com uma maior atuação do mercado nos processos de escolarização, sobretudo no que se referia à educação profissional (SAVIANI, 2003).

O período também é marcado pela defesa da chamada Pedagogia das Competências, que tem por objetivo, desenhar um novo perfil de estudante com habilidades e competências adquiridas a partir de uma formação pragmática e tecnicista. Segundo os formuladores dessas ideias pedagógicas, elas apresentavam

[...] de forma a ajustar o processo ensino/aprendizagem à realidade de um mundo sem fronteiras, de economia globalizada, onde o conhecimento é cada vez mais complexo, e a disponibilidade de ferramentas tecnológicas avançadas, continuamente recicladas ou substituídas, torna o acesso a ele mais rápido. Nesse mundo, produtividade e competitividade são condições de sobrevivência e, portanto, essenciais às empresas contemporâneas. (FIRMINO; CUNHA, 2005, p. 1)

Outra disputa que ocorreu no contexto de implementação da nova LDB, estava voltada à última etapa da educação básica, o Ensino Médio, na época 2º grau, que foi a questão da dualidade do ensino

(FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). De um lado, uma perspectiva que pensava a educação vinculada à prática social e ao trabalho, rompendo com a dicotomia entre educação básica e técnica, em que a educação profissional estivesse integrada ao ensino médio e que abrangesse os múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos. Percepção esta que esteve presente na primeira proposta da LDB, apresentada em 1988 pelo deputado Octávio Elísio e resultou de ampla organização e discussão de educadores(as) em encontros estaduais e nacionais (SAVIANI, 2003). O Mesmo contexto de lutas culminou na aprovação da Constituição, também em 1988 que, nos marcos da Lei, ampliou significativamente direitos sociais, como o direito universal à Educação Básica.

Por outro lado, nos marcos do Governo FHC, a perspectiva hegemônica, liberal conservadora, negava o direito à integralidade do currículo de EPT. Ao criticar as políticas voltadas à formação profissional propostas naquele governo, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 35) afirmam que

seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas, sim, politécnicos.

Radicalmente diferente de uma concepção de formação profissional integrada ao ensino médio, estava a proposta dos partidários de uma educação subordinada à lógica mercantil, que tinha o objetivo de separar os últimos anos da educação básica da formação para o trabalho (MEC, 2012, p.18). Como dito anteriormente, os interesses de mercado foram diretamente atendidos durante os governos de FHC e a integração do ensino médio não se concretizou. Conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), esse descaso para com a educação profissional, tinha como objetivo não só a separação em definitivo entre a Educação Profissional e o Ensino Médio, impedindo assim a formação integrada, mas também regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de formação profissional em função das supostas necessidades de mercado.

A aprovação da nova LDB no congresso, nesses termos, gerou muito descontentamento e resistência por parte dos educadores e educadoras, pois fica explícito o caráter minimalista da lei, que definiu que a educação brasileira estava estruturada em dois níveis, educação

básica e educação superior. É notável a invisibilização da educação profissional, que fica ausente nos dois níveis de ensino sendo colocada de fora da estrutura da educação regular brasileira, como um apêndice, demonstrando assim a ambiguidade da nova lei e uma concepção dual de educação. Essa concepção é criticada em documento curricular do MEC, publicado em 2012:

Desse modo, o texto finalmente aprovado pelo Congresso Nacional em 1996 – o substitutivo Darcy Ribeiro – consolida, mais uma vez, a dualidade entre a última etapa da educação básica, que passa a denominar-se ensino médio, e a educação profissional. (MEC, 2012, p.18)

Logo após a aprovação da LDB, foi elaborado um decreto que possibilitaria a separação obrigatória do ensino médio e da educação profissional. A aprovação, em 1997, do Decreto de Lei nº 2.208/97, que já tramitava no Congresso Nacional através da PL 1.603/96 antes mesmo da aprovação da LDB, definiu que o ensino médio regular se dedicaria apenas ao ensino propedêutico, estabelecendo a divisão obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional. Ademais, o decreto estabeleceu que a educação profissional seria ofertada de maneira **concomitante**, pela qual a educação profissional poderia se realizar ao mesmo tempo que o ensino médio, mas com matrícula e currículos diferentes e desarticulados, já que os dois processos formativos podem ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituição diferente. Ou de maneira **sequencial**, destinada a estudantes que já concluíram o ensino médio.

Dessa forma, conforme Neves e Pronko (2008), no contexto de políticas neoliberais do governo de FHC, a educação, sobretudo a educação profissional, passou por um intenso processo de reestruturação. De fato, com a aprovação da LDB nesses termos, possibilitou o avanço do sistema privado na formação da classe trabalhadora, dando-lhes autonomia, principalmente por meio dos Serviços Nacionais de Aprendizagens Industriais – o Sistema S– na elaboração de cursos de longa e curta duração, assim descrito por Sonia Rummert:

O “sistema S” tem sua origem na ditadura de Getúlio Vargas, quando foi criado o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial - SENAI. É constituído hoje, por entidades vinculadas às confederações que representam o empresariado

dos diferentes setores produtivos com a finalidade de qualificar e propiciar atividades de cultura e lazer aos trabalhadores. As organizações do Sistema “S” são, além do SENAI, o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT), o Serviço Social de Transportes (SEST), o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). O Sistema S é financiado com recursos chamados “parafiscais”, recolhidos pela previdência social e devolvidos às diferentes confederações. Tais recursos são considerados públicos, uma vez que as empresas os tratam como mais uma contribuição e, em decorrência, seu valor é computado no preço final dos produtos e serviços. Tal procedimento faz com que o ônus pela manutenção do Sistema S recaia sobre a população brasileira. (RUMMERT, 2016, p. 1006)

Cabe pontuar que a política de educação profissional do governo de FHC não se resumiu ao ensino técnico, mas também incluiu a oferta de cursos, na sua maioria de curta duração, que visavam a qualificação e requalificação da classe trabalhadora. O discurso oficial, amplamente divulgado nos meios de comunicação, responsabilizava o trabalhador e a trabalhadora pelo desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho, já que havia oferta de qualificação profissional. A citação a seguir explicita esse discurso:

Esse ideário teve nas noções de “empregabilidade” e “competências” um importante aporte ideológico, justificando, entre outras iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 38)

O projeto de reformar a educação profissional, que ganhou fôlego com aprovação da LDB e do Decreto de Lei nº 2.208/97, passou a receber duras críticas por parte dos movimentos sociais, sindicatos e profissionais da educação, devido à nítida profissionalização da educação pública. Isso se verifica na proposta de uma grade curricular diversificada, em detrimento da educação propedêutica voltada ao ingresso de estudantes de instituições privadas ao ensino superior. Desse modo, reforçando a dualidade do sistema educacional brasileiro, como assinalam Neves e Pronko (2008, p. 185): “Embora formalmente não seja impedido o ingresso de nenhum concluinte do ensino médio ao ensino superior, na prática, a organização dual do currículo restabelece, no final do século, a histórica separação entre escola para pobre e escola para rico”.

Sendo assim, as mudanças postuladas para a Educação Profissional na década de 1990, por meio da aprovação da LDB, do Decreto no 2.208/1997 e do PROEP³ tiveram como objetivo a privatização das instituições educacionais públicas, a fragmentação e a submissão da educação à lógica do mercado.

As reformas neoliberais, ao longo do Governo de Fernando Henrique Cardoso, aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financista/rentista. Em nome do ajuste, privatizaram a nação, desapropriaram o seu patrimônio, desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que se constituía como garantia do capital. Seu fundamento é o liberalismo conservador redutor da sociedade a um conjunto de consumidores. Por isso, o indivíduo não mais está referido à sociedade, mas ao mercado. A educação não mais é direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil. (FRIGOTTO, 2011, p. 240)

³Programa que, financiado pelo BID, determinava que novas unidades de centros de educação profissional seriam criadas pela iniciativa de estados ou dos municípios, isoladamente ou em convênio com o setor privado, ou pela iniciativa do segmento comunitário por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, privilegiando assim o financiamento da educação profissional, desvinculada da educação básica em todos os sistemas de ensino. (MEC, 2012, p. 91)

Ao me debruçar sobre o contexto da reforma educacional dos anos 1990, no qual a dualidade educacional entre o ensino médio e a educação profissional foi explicitada através da promoção do ideário pedagógico do capital, pude perceber que alguns dos aspectos dessa política educacional reverberam até os dias atuais, sobre os quais pretendo discutir mais adiante.

Ainda no processo de transição do governo de FHC para o governo sucessor de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), inicia-se um processo de intensificação de debates acerca do Decreto de Lei nº 2.208/97, principalmente no que se refere à separação obrigatória do ensino médio e a educação profissional (MEC, 2012).

A significativa mobilização por parte da sociedade civil, dos diversos setores ligados a educação, comunidade acadêmica, pesquisadores e pesquisadoras, sindicatos e em especial dos setores vinculados à educação profissional, reivindicava a revogação do Decreto de Lei nº 2.208/97 enquanto marco do caráter autoritário e mercantilista das reformas feitas por FHC e a recuperação do debate que antecedeu a primeira aprovação a LDB no Senado, principalmente no que se referia a reestruturação do EM e da educação profissional.

Em 2003, apostando na formação de um governo democrático popular, comprometido com as reformas estruturais necessárias, setores da esquerda contribuíram para que Lula fosse eleito presidente do Brasil. No campo educacional, era esperada pelo eleitorado de Lula, a imediata revogação do Decreto nº 2.208/97, que vem a acontecer no segundo ano de seu governo, após ampla discussão que culminou na aprovação do Decreto nº 5.154/04, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a educação profissional no Brasil até os dias atuais.

O período que antecede a aprovação do novo decreto foi marcado por muitas reflexões e análises. Como dito anteriormente, havia uma reivindicação histórica de educação que apresentasse o conhecimento científico vinculado ao trabalho, a partir da concepção de educação politécnica, onde os(as) estudantes teriam o domínio dos fundamentos científicos que caracterizam o processo de trabalho moderno. A possibilidade da oferta de uma educação unitária e politécnica representaria um enfrentamento à dualidade estrutural que historicamente esteve presente na educação brasileira.

Mas tais reflexões levaram ao reconhecimento da inviabilidade de implementação imediata de uma educação politécnica no Brasil devido às características da sociedade brasileira, marcada pela extrema desigualdade socioeconômica, onde os filhos e filhas da classe

trabalhadora precisam inserir-se no mundo do trabalho antes dos 18 anos.

Assim, a tentativa de implementar a politecnicidade de forma universal e unitária não encontraria uma base material concreta de sustentação na sociedade brasileira atual, uma vez que esses jovens não podem se *dar ao luxo* de esperar até os 20 anos ou mais para começar a trabalhar. (MEC, 2012, p.27)

O acúmulo de discussões feitas nesse período, culminou na elaboração de uma solução reconhecida como transitória, mas viável, para que se avançasse na construção de um EM que ampliasse o acesso das camadas populares ao conhecimento científico historicamente produzido, mas também que possibilitasse uma formação profissional, de maneira a integrar essas duas dimensões.

O Decreto nº 5.154/04, mesmo apresentando diversas contradições resultantes das disputas teóricas e políticas presentes em seu processo de elaboração, mantém a oferta do ensino técnico concomitante ou subsequente. Também consegue retomar o debate sobre o ensino médio integrado, a exemplo do (Art. 4º, § 1º, Inciso I) que prevê que a “articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma integrada [...]”. No documento base para educação profissional lançado pelo MEC (2007), justifica-se que a atual proposta de integração entre EM e ensino profissional não se confunde com educação tecnológica ou politécnica, como almejavam os setores progressistas que debatiam a educação profissional, mas caminha nesta direção. Pois, “o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 43). É importante destacar que a posteriori, o conteúdo do Decreto 5.154/04, foi incorporado a LDB, através da Lei 11.741/08, demonstrando que o EM volta a se firmar como política pública do governo (MEC, 2012, p. 28).

Embora existam controvérsias na interpretação das ações realizadas no governo Lula no plano das políticas educacionais, quando comparadas ao governo de FHC, no que tange às concepções e práticas educativas, Frigotto (2011, p. 244) afirma que houve diferenças significativas entre os dois governos, por exemplo, quando se formulou uma política de educação profissional e tecnológica distinta das políticas

de FHC, que se caracterizavam pela fragmentação e focalização do ensino. Mas principalmente no que se refere à abrangência das políticas, dos grupos sociais atendidos e ao financiamento dessas políticas.

Para Frigotto (2011), dentre os avanços obtidos no governo Lula, faz-se importante citar a criação de quatorze universidades federais, abertura de novos concursos públicos, ampliação de recursos públicos para as instituições públicas, investimentos e ampliação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), transformados em Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFETs), além da criação de 214 novas escolas, que possibilitaram mais de 500 mil novas matrículas na educação básica. Além disso, ocorreram avanços nas políticas voltadas à educação de jovens e adultos com a criação do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e na educação da população negra e indígena.

No que tange ao financiamento de políticas, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, que possibilitou a incorporação da educação infantil e do ensino médio e estabeleceu o piso nacional para o magistério, sendo uma conquista histórica para a categoria.

A expansão da educação profissional no Brasil, durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, presidenta do Brasil entre 2010 e 2016, também se refletiu significativamente no cenário catarinense. Se até 2004 Santa Catarina contava com apenas três escolas técnicas, naquele momento chamadas de Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, dez anos depois, em 2014, este número subiu para dezenove campi.

Sabe-se que a base dos governos Lula e Dilma foi composta, em grande medida, por movimentos sociais, centrais sindicais e intelectuais comprometidos com as reformas estruturais com as quais os governos petistas haviam se comprometido. Nota-se isso no caráter progressista dos documentos oficiais do governo. A exemplo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no qual se afirma que

a combinação virtuosa do ensino de ciências naturais, humanidades (inclusive Filosofia e Sociologia) e educação profissional e tecnológica - o que deve contemplar o estudo das formas de organização da produção - pode repor, em novas bases, o debate sobre a politecnia, no horizonte da

superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante. (BRASIL, 2007, p.33)

Porém, conforme analisam Ciavatta e Ramos (2011, p. 34) “[...] é na política oficial e no senso comum de seus dirigentes que se manifesta a concepção de educação influenciada pela classe dominante.”. Embora reconhecidos os avanços obtidos nos governos do PT, no que tange a ampliação de políticas públicas voltadas à classe trabalhadora, para Frigotto (2011, p. 246) essas conquistas se deram através de reformas conciliadoras, que não confrontavam os interesses das elites. Segundo o autor, algumas das contradições que marcaram seus governos precisam ser evidenciadas; dentre elas, o avanço do interesse empresarial no controle da formação da juventude brasileira.

Segundo Grabowsky (2010), citado por Frigotto (2011), em 1999, 25% da educação profissional era pública e 75% era ofertada pelo setor privado, composta por cursos de curta duração. O Censo de 2008 demonstrou que 83% das matrículas em nível tecnológico estavam na iniciativa privada, sendo que os recursos públicos destinados ao setor privado aumentaram consideravelmente.

Foi nesse contexto que surgiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), sobre o qual tratarei no próximo capítulo. Entretanto, cabe pontuar que PRONATEC é lançado em 2011, pela presidenta Dilma Rousseff e pelo então ministro da educação Fernando Haddad, com o intuito de reestabelecer a possibilidade de uma formação Profissional e Tecnológica de nível médio, ainda que na forma concomitante ou subsequente, por meio de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2011).

À época, o governo federal articulou outras quatro ações no campo das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) através do Setec/MEC. São elas: Programa Brasil Profissionalizado; Rede E-Tec Brasil; Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o acordo de gratuidade com o Sistema S já apresentado, por meio da Bolsa-Formação, criada nos marcos do PRONATEC.

Outro marco do governo Dilma, foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014, pela Lei nº 15.005/2014. Para Lima e Pacheco o PNE, como uma política pública, representou “um avanço no que tange à consolidação de um sistema nacional de educação e à possibilidade de concretização do direito à educação no Brasil” (LIMA; PACHECO, 2017, p. 491). O PNE

nasce do acúmulo de discussões realizadas durante a Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, cujo objetivo foi estabelecer metas para enfrentar as barreiras que impedem a concretização do pleno direito à educação. Com a vigência de 10 anos (2014 - 2024), a Lei nº 15.005/2014, estabelece, segundo o Art. 2º, as seguintes diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos(as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014)

Além disso, foram estabelecidas vinte metas e 252 estratégias para o alcance de cada uma delas. O cumprimento das metas vem sendo monitorado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ao analisar, mesmo que brevemente, as principais iniciativas dos últimos vinte anos no campo da política educacional, sistematizadas no PNE, fica evidenciado o interesse de setores dominantes em intervir na formação de crianças e jovens da classe trabalhadora, buscando por meio da educação a conformação e naturalização do sistema social vigente.

1.2 A ATUAL POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO TEMER

Embora as políticas educacionais dos governos petistas tenham sido analisadas a partir de um referencial teórico crítico, que avalia as

conquistas no campo educacional como limitadas e contraditórias, foram igualmente reconhecidos nesse trabalho os avanços obtidos durante os governos de Lula e Dilma. A exemplo do Piso do Magistério, a ampliação do financiamento via FUNDEB, os fóruns que possibilitaram que democraticamente fosse elaborado o PNE 2014-2024, a ampliação da Rede Federal e a democratização do acesso à universidade através das políticas de cotas sociais e raciais, dentre outros.

Procuró evidenciar neste capítulo que durante todo o contexto político analisado ocorreram, e ainda ocorrem, disputas políticas entre classes sociais e projetos políticos em torno das políticas educacionais. Tivemos conquistas importantes, mas limites impostos pela correlação de forças sociais, inclusive no Parlamento, foram desfavoráveis aos interesses de classe dos trabalhadores.

Como aponta Figotto, Ciavatta e Ramos:

As frações dominantes da nossa burguesia nunca lutaram por um projeto nacional que garantisse à população esses direitos. Pelo contrário, sempre arquitetou golpes e ditaduras para impedir mudanças estruturais. Forjou-se, assim, um projeto societário de capitalismo dependente cuja marca específica é de um desenvolvimento desigual e combinado. Fundaram-se estruturas sociais, econômicas, políticas e jurídicas que permitem altíssima concentração de propriedade e renda. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014, p. 69)

Assim, em 31 de agosto de 2016, através de um golpe legislativo e midiático que contou com o apoio de uma parcela da população, a presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment, possibilitando que tomasse posse como presidente da república, o ilegítimo Michel Temer, até então vice-presidente do Brasil. A citação a seguir aborda o contexto de crise capitalista em que se insere o contexto político atual:

O recente golpe deflagrado pelos opositores ao governo da presidenta Dilma Rousseff, afastada desde o último dia 12 de maio de 2016, aponta para um cenário de muitos retrocessos no país. Análises recentes acerca dos processos econômicos, políticos e socioculturais das últimas décadas evidenciam um capitalismo globalizado em um contexto de crise, que se explica nos

marcos da reestruturação produtiva – implementada por meio de uma regressão conservadora de face neoliberal – que leva, conseqüentemente, à precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, ao desgaste das bases do sistema de proteção social, desmonte de direitos sociais, civis e políticos, bem como à redefinição do Estado na produção e distribuição da riqueza social e neste contexto se insere o Brasil. (GADOTTI, 2016)

O atual projeto de contrarreformas em educação do governo federal é extenso. Assim, buscarei indicar alguns elementos centrais da atual política educacional, principalmente no que se refere a ações voltadas ao EM.

Uma das primeiras ações do governo Temer, quando ainda interino, foi enviar ao Congresso Nacional a PEC 241/2016, aprovada como Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) em 15 de dezembro de 2016, que institui um Novo Regime Fiscal (NRF). Pela mudança institucional ocorrida com a aprovação do NRF, estabeleceu-se o congelamento dos gastos públicos por vinte anos, ou seja, até 2036. Essa ementa impõe um teto de gastos públicos para todos os investimentos do governo, incluindo saúde e educação. A exemplo, conforme aponta Amaral (2017), o NRF inviabiliza o cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE, assim como o Art. 212 da Constituição Federal, que prevê o investimento anual de no mínimo 18% da arrecadação da receita resultante de impostos (receita líquida) na manutenção e desenvolvimento do Ensino (BRASIL, 1988).

Outra imposição do atual governo recebida com indignação pela sociedade civil e intelectuais comprometidos com uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas, foi a Medida Provisória (MP) nº 476/2016, que se referia a Reforma do EM, convertida, a posteriori, na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que estabeleceu as novas diretrizes e bases para o ensino médio, nos termos dispostos pela referida Medida Provisória. Silenciando assim décadas de debates e discussões em torno da educação integral, que conforme Kuenzer,

têm buscado a construção de um projeto de educação que atenda aos interesses da classe trabalhadora, e que defendem a organização de um currículo que integre de forma orgânica e consistente as dimensões da ciência, da

tecnologia, da cultura e do trabalho, como formas de atribuir significado ao conhecimento escolar e, em uma abordagem integrada, produzir maior diálogo entre os componentes curriculares, estejam eles organizados na forma de disciplinas, áreas do conhecimento ou ainda outras formas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. (DCNEM/2012). (KUENZER, 2017, p. 333)

Em entrevista à revista *Época*, em agosto de 2016 a Secretária Executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, afirma que o estudante

A partir da segunda metade do ensino médio, o estudante poderá escolher itinerários formativos diversificados. Depois de cursar durante um ano, um ano e meio, aquilo que é comum a todos, ele poderá se aprofundar na área que escolher: exatas, ciências sociais ou ciências da saúde, por exemplo. (MORRONE, 2016)

Assim, dentre as alterações previstas pela Lei nº 13.415/2017, destaco o Art. 36

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017)

Portanto, a partir da implementação da Lei, o(a) jovem estudante do EM terá de escolher entre os itinerários formativos - quando houver mais de um -, podendo ou não estarem integrados à formação comum. A partir da reforma, apenas as disciplinas de Matemática e Português serão obrigatórias nos três anos do EM. Segundo Kuenzer,

a tendência será reduzir a oferta, privilegiando as áreas que dependem menos de docentes qualificados e de recursos materiais e tecnologias

mais sofisticadas. Não é difícil compreender que a reforma resolveu, pelo menos, dois grandes problemas para os sistemas de ensino: a falta de professores para várias disciplinas e a dificuldade para resolver a precariedade das condições materiais das escolas, principalmente em termos de laboratórios, bibliotecas, equipamentos de informática, acesso à internet e construção de espaços para atividades culturais e esportivas. (KUENZER, 2017, p. 336)

Para Motta e Frigotto (2017), o que se vê é o restabelecimento de objetivos presentes durante os anos 1990, nos governos de FHC, em consonância com as diretrizes de organismos multilaterais. Segundo os autores, simplificar e flexibilizar o currículo do EM “segundo o interesse do aluno” é estreitar ainda mais o vínculo da educação ao mercado de trabalho.

Partimos do pressuposto de que essa “reforma” imprime, sem reserva ou busca de consenso, a insanável contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente: perversamente autoritária. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo natural de modernização - fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador -, despida de relações de poder e sem historicidade. Ou seja, a história de luta voltada para a supressão do dualismo estrutural do Ensino Médio foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais. (MOTTA, FRIGOTTO, 2016, p. 357)

Conforme aponta Leher (2014), historicamente os governos brasileiros usaram como estratégia para enfrentar o “enigma ou nó” do EM, reformas e contrarreformas curriculares ou de legislação. Para o autor, o caráter descontínuo das políticas educacionais resulta no não enfrentamento do real problema da educação, que segundo ele é a desigualdade e dualidade estrutural da educação brasileira. Ou seja, os problemas que transformam o EM em “tedioso” ou não, não se reduzem ao currículo escolar ou aos problemas organizacionais e de gestão.

Kuenzer (2017) também problematiza o aumento da precarização do trabalho docente a partir da reforma. Segundo ela

A flexibilização proposta pela Lei também atinge os docentes, em especial os da educação técnica e profissional, que poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional desde que atestado seu notório saber por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública, privada ou em corporações. (KUENZER, 2017, p. 335)

Além de desvelar o projeto que visa a flexibilização e precarização do EM, a pesquisadora ainda tece diversas críticas a Lei aprovada. Para ela (KUENZER, 2017, p. 336), a Lei foi desenvolvida e aprovada de maneira autoritária e sem diálogo com a sociedade. A nova organização curricular gera uma hierarquização dos conhecimentos historicamente produzidos e socializados na escola, obrigando que precocemente os(as) estudantes escolham uma área especializada de estudos, em uma fase onde os(as) jovens ainda estão em processo de aprendizagem, devendo assim ter a oportunidade de ter o maior contato possível com as diferentes áreas do conhecimento. Além disso, a Lei fragmenta os conhecimentos, substituindo a proposta da diretriz anterior que visava a integralidade da pessoa humano e assim, da formação integral. Nas suas palavras:

Em resumo, o ensino médio na atual versão integra a pedagogia da acumulação flexível e tem como finalidade a formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis, por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos por área de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional; a formação profissional é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, de modo a levar os que vivem do trabalho a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. Ser multitarefa, neste caso, implica exercer trabalhos disponibilizados pelo mercado, para os quais seja suficiente um rápido treinamento, a partir de algum aporte de educação geral, seja no nível básico, técnico ou superior. Para alguns, significará exercer trabalhos

qualificados e criativos; esses não serão atingidos pela reforma do ensino médio porque dispõem, em face de sua origem de classe, de outros espaços de formação, que não a escola pública. Para a maioria dos trabalhadores, contudo, ser multitarefa significará exercer trabalhos temporários simplificados, repetitivos e fragmentados, que não necessitam de formação qualificada, mas provavelmente de certificados ou reconhecimento de competências, o que o atual ensino médio talvez atenda. (KUENZER, 2017 p. 341-342)

No que se refere à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que alicerçará a contrarreforma do EM, a última versão do documento foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) dia 03 de abril de 2018, que realizará debates no intuito de avaliar o documento antes de sua aprovação. O documento, já disponível para acesso, prevê três mil horas para o EM, sendo que essas horas serão divididas em mil e oitocentas horas comuns a todos os currículos e mil e duzentas horas para os itinerários formativos, os quais caberá ao estado e às escolas definirem. Conforme consta na BNCC

Os sistemas de ensino e as escolas devem construir seus currículos e suas propostas pedagógicas, considerando as características de sua região, as culturas locais, as necessidades de formação e as demandas e aspirações dos estudantes. Nesse contexto, os itinerários formativos, previstos em lei, devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes. (MEC, 2018, p. 471)

Em entrevista à Carta Capital concedida em 28 de março de 2018, o ex-integrante do Ministério da Educação Carlos Artexes afirma que dificilmente as instituições escolares conseguirão oferecer mais de um itinerário formativo já que em “um contexto de crise econômica, a oferta de todos os itinerários formativos certamente não vai acontecer, os alunos não terão a possibilidade da escolha como tem sido anunciado, ficarão restritos às possibilidades de oferta das escolas.” (BASILIO, 2018).

Da mesma forma, para Frigotto (2016) a contrarreforma do EM, fundamentada pela BNCC, prejudicará sobretudo os/as estudantes de escola pública, que hoje correspondem a 85% dos(as) jovens e adultos(as) brasileiros(as), pois não terão mais acesso às diversas áreas do conhecimento historicamente produzidos.

Ademais, uma das tendências do atual governo, conforme aponta Kuenzer (2017), tem sido a ampliação da participação de setores privados, por meio de instituições como o Instituto Unibanco, a Fundação Ayrton Senna, a Fundação Bradesco, a Fundação Lemann e outras que integram o movimento Todos pela Educação, nas discussões em torno das mudanças no EM. A presença de representantes dessas instituições em espaços de poder decisivos como no Ministério da Educação (MEC) e no Conselho Nacional de Educação (CNE), com a presença do diretor-geral do SENAI, Rafael Lucchesi, tem fortalecido a defesa da flexibilização dos percursos formativos, com políticas educacionais focalizadas e alicerçadas na já citada Pedagogia das competências. Sobre essa pedagogia, Marise Ramos observa:

Desenhar perfil com base em competências e habilidades leva-se a formações pragmáticas e tecnicistas, portanto incompatível com a formação integrada. Adequação ao mercado de trabalho é também contrário ao que defendemos, pois o compromisso do processo educativo deve ser com os sujeitos, para que sejam formados para enfrentarem as contradições do mercado de trabalho. (RAMOS, 2008, p. 23)

É um processo que reforça uma tendência de fragilização da escola pública, em escala internacional, já apontada por Leher (2014, p.3). Segundo ele a escola pública nos países capitalistas dependentes “está sendo acompanhada de drástico esvaziamento de seu conteúdo científico, histórico-cultural, tecnológico e artístico”.

Seguindo sua política educacional privatizante, ainda em 2016 o Governo Federal lança uma nova ação no campo da educação profissional e tecnológica. Segundo discurso oficial, a nova ação é uma estratégia para ampliar o acesso ao ensino técnico para estudantes de ensino médio de instituições públicas e privadas, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso por meio de cursos no contra turno concomitantes ao ensino regular. Instituíam-se assim o MedioTec, como uma ação do PRONATEC. A nova ação, que é meu

objeto de estudo, apresenta como objetivo restabelecer o crescimento da oferta de Ensino Técnico concomitante ao Ensino Médio, tendo como pretensão a oferta de 82 mil vagas em todo o país, ainda em 2017. O programa foi anunciado como parte das iniciativas do Governo Federal, na sua pretensão de “reformular” o EM brasileiro. A análise de Motta e Frigotto revela os interesses de classe envolvidos na proposta:

O anúncio do MedioTec pelo MEC indica, de forma clara, a incorporação do PRONATEC no Ensino Médio regular. Uma comprovação inequívoca de que se trata de uma contrarreforma destinada aos filhos da classe trabalhadora. Também uma confissão explícita de que o MEC assume, de fato, uma divisão classista da educação. (MOTTA, FRIGOTTO, 2017, p. 368)

Após a análise de algumas das ações elaboradas pelos governos brasileiros entre 1995 e os primeiros meses de 2018 no campo das políticas educacionais, em concordância com Ramos (2008), acredito que o maior desafio para uma educação emancipadora é que as escolas e os sistemas de ensino possam proporcionar aos estudantes uma visão crítica do mundo social em que vivemos. Também retomo os fundamentos de uma reflexão crítica no âmbito educacional, que defende um processo formativo pelo qual simultaneamente ao acesso aos conhecimentos historicamente produzidos, os(as) estudantes possam criar ferramentas para não só se inserir no mercado de trabalho, mas também conhecê-lo e questioná-lo. Além disso, resgato uma análise crítica da política educacional da atualidade, revelando que as medidas de flexibilização dos currículos, de privatização e de precarização da educação pública, intensificadas nesse último período, eliminam as possibilidades de uma formação geral e profissional de qualidade e seguem uma trajetória de esvaziamento da escola na sua função social básica de socialização dos conteúdos científicos, culturais e tecnológicos produzidos historicamente.

Como procurei demonstrar neste capítulo, a educação profissional tem desempenhado diferentes papéis não só no período analisado, mas em toda a história educacional brasileira, por estar atrelada às transformações do mundo do trabalho e por consequência ao modo como se reproduz o sistema capitalista em determinado tempo histórico. Nessa perspectiva, a análise desenvolvida visou desvelar os movimentos

contraditórios e as disputas de classe em torno das políticas educacionais e da luta pela consolidação de um sistema nacional de ensino no país.

O capítulo a seguir tem por objetivo analisar o MédioTec na sua relação com o PRONATEC, programa instituído durante o governo de Dilma Rousseff. Buscarei analisar alguns aspectos dos documentos oficiais que instituíram o PRONATEC abordando questões pertinentes ao programa como objetivos, estratégias e resultados. Pretende-se que essa análise contribua para uma melhor compreensão das bases que alicerçam o MédioTec, ação instituída no atual governo, portanto em um outro cenário político e social.

2 MEDIOTEC: UMA AÇÃO DO PRONATEC

2.1 O MEDIOTEC, NO ÂMBITO DO PRONATEC

A apresentação do PRONATEC no portal do MEC, assinala que o programa “representa um esforço na oferta de cursos de EPT”, voltados prioritariamente para os(as) estudantes da rede pública de ensino, inclusive da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda. Esses cursos se constituiriam também em ações direcionadas à formação continuada para os estudantes formados em escolas da rede pública, segundo o documento de apresentação do programa.

O Programa foi estruturado pelos Ministérios da Educação (MEC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sendo gerido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), vinculada ao MEC, demonstrando o interesse em aliar qualificação educacional com a preparação dos(as) jovens para o mercado de trabalho.

O PRONATEC foi criado por meio da Lei 12.513/2011, em 26 de outubro de 2011, no início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, sendo apresentado como um programa de governo que se propôs, segundo Art. 1º, a:

I – expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV – ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V – estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011)

Portanto, visou contribuir para a melhoria da qualidade do EM público e ampliar as oportunidades educacionais dos(as) trabalhadores(as) (BRASIL, 2011), articulando o ensino básico e profissional, através das modalidades de ensino integral, concomitante e subsequente. Para que se cumprissem esses objetivos, algumas ações foram incorporadas à Lei, conforme o Art. 4º, dentre elas:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional; III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem; IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades: a) Bolsa-Formação Estudante; e b) Bolsa-Formação Trabalhador; V - financiamento da educação profissional e tecnológica; VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância; VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa (...). (BRASIL, 2011)

Como já sinalizado, os cursos do PRONATEC são especificamente direcionados para trabalhadores em situação de desemprego e em situação de vulnerabilidade social, por meio de cursos técnicos para quem concluiu o ensino médio; cursos técnicos concomitantes ao ensino médio, ambos com duração mínima de um ano e Formação Inicial e Continuada (FIC) para trabalhadores, estudantes do ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda.

A implementação do programa aconteceu em parceria com os Estados, Municípios e Distrito Federal, através da oferta de cursos mantidos pelo programa, nas suas respectivas redes de ensino, com o apoio financeiro e técnico do governo federal. Dentre as ações criadas pelo PRONATEC para que se cumprissem os objetivos de ampliação das vagas e a expansão da educação profissional, destaco o Programa de Financiamento Estudantil (FIES Técnico); a consolidação da Rede E-Tec Brasil; o subprograma Brasil Profissionalizado; a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e o lançamento da Bolsa-Formação, através da Portaria nº 1.569/2011.

A respeito da Bolsa Formação, me atendo às diretrizes desta, pois é através dela que são ofertadas as vagas nos cursos técnicos do MedioTec. Assim, segundo os documentos oficiais, a Bolsa-Formação oferta cursos gratuitos de EPT de nível médio, FIC e de qualificação profissional em Instituições Públicas das redes Federal, Estadual e Distrital, Sistema S e, a partir da portaria nº 817/2015, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica (EPT) (BRASIL/MEC/SISTEC, 2017). Segundo documento oficial,

A Bolsa-Formação oferecerá vagas gratuitas de Educação Profissional e Tecnológica. Terá duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, que oferecerá cursos de Formação Inicial e Continuada (cursos de curta duração, com 160 horas-aula ou mais) para beneficiários do segurodesemprego e dos programas de inclusão produtiva do Governo Federal; e a Bolsa-Formação Estudante, que oferecerá cursos técnicos (de maior duração, pelo menos 800 horas-aula) para estudantes das redes públicas. (BRASIL/MEC/SISTEC, 2012, p. 38)

No que tange aos objetivos da Bolsa-Formação:

I – potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica; II – formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País; III – ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; IV – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; V – incentivar a elevação de escolaridade; VI – integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; CONJUR/GSN/JGA VII – democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica; e VIII – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL; MEC, 2015)

Segundo Saldanha (2012, p.7), a oferta de Bolsa-Formação contribuiu para a progressiva expansão do Programa, na busca de democratizar o acesso à Educação Profissional. Entretanto, os critérios de avaliação para a aquisição de bolsas pelos(as) estudantes têm sido definidos de diferentes formas por cada Estado, que possui autonomia na escolha dos critérios, como situação de vulnerabilidade, sorteio, distância entre a residência e o local da oferta dos cursos, desempenho escolar, participantes de programas sociais do governo, dentre outros. Para a autora, quando o governo não mantém a EPT como direito universal e oferta obrigatória, a oferta de bolsas, mesmo quando pagas a estudantes da rede pública, pode legitimar a ausência de políticas universais, favorecendo os considerados mais capazes ou merecedores, quando a política pública deveria investir em infraestrutura para atender a todos(as).

Outra crítica atribuída ao PRONATEC é a manutenção do acordo de gratuidade com o Sistema S e a transferência de recursos públicos para o mesmo, por meio da contribuição compulsória, conforme aponta o Art. 6º da Lei que regulamenta o Programa:

A União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata inciso IV do art. 4º (BRASIL, 2011, p. 2).

Além da oferta nas redes estaduais, municipais e distritais, dentre as instituições parceiras na oferta de vagas do PRONATEC, no setor privado, destaca-se o Sistema S.

Segundo o Relatório de Gestão do Exercício de 2013, os cursos concomitantes e subsequentes cresceram 7% de 2011 para 2012, enquanto de 2012 para 2013 o crescimento foi de 37%, totalizando 1.102.661 vagas só em 2013. Destas vagas, 60,3% concentraram-se na esfera privada. No que se refere à educação profissional integrada ao EM, as vagas foram direcionadas predominantemente para a rede pública de ensino (92%). Entretanto, o aumento no número de vagas correspondeu a 15% de 2011 para 2012 e 13% de 2012 para 2013, totalizando 338.390 vagas em 2013 (BRASIL, 2014a). Um número bem inferior quando comparado à oferta de vagas em cursos concomitantes ou subsequentes. Conforme aponta Maciel (2014),

a expansão da EP via PRONATEC coloca-se como elemento de tensionamento entre público x privado, impulsionando a formação de um mercado de formação ao passo que Sistema S e Rede Privada concentram maior parte das matrículas e dos recursos do programa. Está a se reproduzir na educação profissional a lógica da mercantilização, colocando a formação humana na mesma lógica de produção das mercadorias, como algo que pode ser comercializado e vendido, promovendo o distanciamento da educação como direito do cidadão. (MACIEL, 2014, p.9)

Além disso, para Ciavatta e Ramos (2011) a oferta gratuita de educação profissional por instituições privadas, financiadas pelo Estado com base em dispositivos presentes no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001) e no PRONATEC, pode ser atrativa à população que depende do sistema público escolar. Isso tendo em vista que o ensino médio público, salvo exceções, oferece uma educação de baixa qualidade. Segundo as autoras,

As dificuldades de implantação do ensino médio integrado se manifestam, inicialmente, como sendo de ordem operacional e conceitual. Porém, essas dificuldades são, na verdade, expressão dos limites estruturais dados pela dualidade de classes, que ganham densidade na formação de um senso comum pressionado pelas necessidades materiais imediatas e, salvo as escolas da rede federal (Cefet, institutos federais, colégios universitários), pela descrença na eficiência dos setores públicos. (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 36)

Ademais, a progressiva expansão do programa no campo da EPT, mesmo quando os documentos oficiais afirmam sua articulação ao EM, reafirma a descontinuidade da proposta política de integração entre o EM e o ensino técnico profissionalizante iniciado a partir de 2004, que possibilitaria “uma relação orgânica entre conhecimento geral e conhecimento específico” (SALDANHA, 2012. p.7).

Ao analisar o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, conforme resolução CNE/CEB 2/2012, é interessante identificar o reconhecimento do EM como direito de

todos(as) e também como dever do Estado. No documento são apresentados os pressupostos e fundamentos para um Ensino Médio de qualidade social e nele são abordadas as dimensões de trabalho, ciência, cultura e tecnologia de maneira totalizante, como eixo integrador dos conhecimentos historicamente produzidos. Entretanto,

O paradoxo que se instala em termos legais, é que ao mesmo tempo em que ocorre um avanço provocado pela concepção vigente para o Ensino Médio, convive-se com uma proposta oficial para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio retrógrada, balizada exclusivamente pelo mercado, como se a educação fosse um problema econômico. (SALDANHA, 2012, p. 8-9)

Pensando novamente os objetivos do PRONATEC enquanto possibilidade de melhoria na qualidade do EM por meio da democratização do acesso ao ensino técnico, tecnológico e profissional como objetivo inicial, nos últimos anos observou-se uma derrocada dos recursos voltados ao programa para o alcance dos objetivos pretendidos.

Após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, no dia 12 de maio de 2016, Michel Temer não demorou em apresentar sua agenda de reformas no campo da educação, iniciada pela Medida Provisória nº 746, de setembro de 2016 e pela nova Lei 13.415 de fevereiro de 2017, sobre as quais discorri no capítulo anterior. Conforme aponta Kuenzer (2017, p. 333-334), o caráter autoritário das novas diretrizes educacionais contrariou o movimento histórico de ampliação das discussões entre o governo e a sociedade civil, que caracterizou o processo de elaboração e aprovação, durante os governos petistas, das diretrizes curriculares que estavam até então em vigor.

Em consonância com a política educacional do atual governo, o MedioTec foi anunciado pelo presidente e pelo ministro Mendonça Filho, em 20 de dezembro de 2016, em um evento no palácio do Planalto. Em 2016, apenas uma notícia foi veiculada – em 27 de dezembro –, pela assessoria de comunicação social do MEC sobre o MedioTec. Nela, a ação é apresentada como uma nova estratégia para retomar a expansão da oferta de cursos técnicos concomitante ao EM, nas modalidades presencial e à distância, a partir do segundo semestre de 2017.

Estudantes do ensino médio de escolas públicas do Brasil terão mais oportunidade em 2017 de realizar curso técnico no contraturno das aulas

regulares. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), na modalidade Bolsa-Formação, vai ofertar 82 mil vagas em cursos de longa duração, com pelo menos 800 horas de aula. Um aumento de quase dez vezes em relação a 2016, que registrou nove mil jovens matriculados nesse tipo de curso. (MEC, 2016)

Segundo Eline Nascimento, Secretária da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC, 2016), ainda em 2016 foram repassados para as secretarias estaduais de Educação e fundações que oferecem cursos técnicos na modalidade concomitante, o montante de R\$ 700 milhões de reais. Assim, para investimentos na oferta de cursos do MedioTec, que seriam oferecidos “de acordo com as demandas do mercado” da região, o governo destinaria cerca de 45% do orçamento total (R\$ 1,5 bilhão) direcionado ao PRONATEC em 2017, conforme informação da Secretaria.

No lançamento da ação foi declarado como um dos seus objetivos que os(as) estudantes possam, ainda durante o curso, realizar estágios em empresas com carência profissional tornando, segundo Mendonça Filho, “o ambiente escolar mais atrativo, criando integração entre o ensino e os projetos de vida dos/das estudantes”⁴.

Embora o programa tenha sido apresentado em dezembro de 2016, em evento realizado no Palácio do Planalto, para além da propaganda oficial do governo federal, até março de 2017 pouco se sabia sobre o MedioTec. No dia 02 de março de 2017 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC), lançou o primeiro edital no âmbito do MedioTec (BRASIL; MEC; SETEC, 2017). O edital destinava-se a instituições privadas interessadas em ofertar, através da Bolsa-Formação, vagas gratuitas em cursos técnicos na modalidade presencial, convocando-as a apresentarem propostas para participação no programa. É a partir do lançamento desse edital que o projeto começa a ficar mais claro. Além do edital, em abril de 2017 foi lançado o Documento de Referência de Execução MedioTec para as Instituições Públicas e SNA (Sistema S) (MEC, 2017a) e em maio o Guia MedioTec (MEC, 2017b), em formato de *powerpoint*. Esses foram os únicos documentos oficiais lançados pelo

⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/43591-em-2017-pronatec-ofertara-quase-10-vezes-mais-vagas-em-cursos-tecnicos-a-alunos-do-ensino-medio> Acesso em: janeiro, 2018

MEC para elucidar o que preconiza a ação e por meio deles buscarei analisar quais as bases da referida ação e as estratégias para o cumprimento de seus objetivos.

De acordo com o primeiro Edital, só poderão concorrer à oferta dos cursos, as instituições que já tenham firmado o termo de adesão à Bolsa-Formação (BRASIL; MEC; SETEC, 2017, p. 2). Lembre-se que, segundo o Art. 7º da Portaria Nº 817, de 13 de agosto de 2015, a Bolsa-Formação corresponde:

I – ao custeio de todas as despesas relacionadas ao curso por estudante, incluindo eventual assistência estudantil e os insumos necessários para a participação nos cursos, no caso de cursos ofertados pelas instituições públicas e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SNA; ou II – ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidades, no caso de cursos técnicos subsequentes ofertados por instituições privadas; ou III – ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidades, no caso de cursos técnicos concomitantes ofertados por instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio, incluindo eventual assistência estudantil. (BRASIL; MEC, 2015)

Assim, as propostas das Instituições Privadas interessadas em ofertar vagas gratuitas para estudantes da rede pública de ensino, subsidiadas pelo Estado por meio da Bolsa-Formação financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foram submetidas à aprovação do SETEC/MEC, que estabeleceu critérios de seleção como o valor da hora-aluno, espaço físico adequado e número de vagas por curso (BRASIL; MEC; SETEC, 2017). Ademais, no que tange ao processo de ocupação das vagas, o edital informa que é de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal divulgar os processos seletivos, já que o público alvo da ação são os(as) estudantes da rede pública de ensino (BRASIL; MEC; SETEC, 2017, p.4).

Uma das críticas direcionadas ao PRONATEC, que se agrava a partir do MedioTec, é a possibilidade dos(das) estudantes cursarem o ensino técnico em instituições diferentes da qual cursam o EM regular. Para Lima (2011, p.11),

Da mesma forma que o Pronuni, o Pronatec também distribuirá Bolsas em caráter individual, assim o estudante interessado poderá cursar o ensino médio em uma escola e a parte profissionalizante em outra, o que praticamente inviabiliza a integralidade entre o ensino médio com a educação profissional, retomando a proposta original do Decreto 2208/97.

Em entrevista a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), o professor Dante Moura, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) avalia que há uma diferença importante entre as ações anteriores do PRONATEC em relação ao MedioTec. Segundo ele fica evidente, a partir do edital, que haverá um incentivo mais forte ao financiamento privado da oferta pública de educação. O professor alerta para a ampliação do volume de recursos repassados para uma maior diversidade de instituições privadas.

O que anteriormente predominava era a oferta privada no Sistema S - cursos como os do Senai e Senac, por exemplo -, agora o programa é amplo, geral e irrestrito para qualquer entidade. Inclusive, pelo direcionamento que está o edital, o sistema S não seria nem prioridade. E o que se agrava é que o volume que irá para a esfera privada é maior. (MOURA, 2017)

Tendo em vista que o primeiro edital relacionado à ação foi direcionado às instituições privadas, para o professor, fica nítido o interesse do governo de os(as) estudantes serem formados(as) majoritariamente pelo setor privado.

É evidente, as forças de mercado não vão formar trabalhadores a partir da perspectiva da formação humana integral. Então, essa perspectiva de uma formação que permita o sujeito compreender o mundo, e a partir daí, contribuir em alguma medida para a transformação dessa sociedade se perde completamente, porque o mercado só vai formar para o que interessa o mercado e não para o que interessa à classe trabalhadora. (MOURA, 2017)

No mesmo documento (BRASIL; MEC; SETEC, 2017), o MEC juntamente com a SETEC, divulga como anexo – ANEXO III – ao edital um documento de referência de execução para todas as redes ofertantes. É por meio deste anexo que se tem as primeiras informações oficiais documentadas sobre as diretrizes da ação, seus objetivos e estratégias.

Segundo o documento, o MedioTec pretende fortalecer as políticas de EPT mediante a convergência de ações como: fomento e execução da ação e produção pedagógica e de assistência técnica, visando ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio “articulada de forma concomitante com as redes de educação e com o sistema produtivo” e tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), alterada pela lei nº 11.741/2008.

O MedioTec será executado em parceria com instituições públicas e privadas de ensino técnico e tem entre outros objetivos garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda. Os cursos ofertados estarão dentro de um universo mapeado, proporcionando maior sinergia entre esses cursos e a demanda. O objetivo é mapear as demandas de formação técnica em cada uma das cinco regiões do Brasil, com dados sobre as oportunidades reais de inserção, por município, e as aptidões formativas necessárias para atendê-las. (BRASIL; MEC; SETEC, 2017, p.14)

Os documentos oficiais começam a confirmar as afirmações feitas por Michel Temer e pelo Ministro da Educação Mendonça Filho no lançamento da ação. Segundo o anexo do edital nº 01 da SETEC, para os(as) idealizadores(as) da ação, um dos seus objetivos é estimular parcerias entre as instituições ofertantes de EM e EPT com o setor produtivo da região, para que os(as) estudantes vinculados a ação sejam absorvidos, a priori, na condição de aprendizes ainda durante o curso, assumindo postos de trabalho ao final do curso (BRASIL; MEC; SETEC, 2017, p.14).

Em entrevista, Marise Ramos (2017), problematiza a inserção precoce da juventude brasileira no Mercado de Trabalho sem uma formação adequada. A autora compara o contexto atual com o da Lei

5.692, da década de 1970, que realizou igualmente uma reforma educacional que buscava profissionalizar o EM:

Nem a 5.692 foi tão violenta, porque a composição da carga horária não era tão desigual. Ainda que submetesse a formação básica aos requisitos da formação profissional, o estágio era só a partir do terceiro ano, e sob o princípio de um estágio supervisionado, ou seja, um estágio efetivamente curricular, que seja uma relação teoria/prática. Na lei atual e no MedioTec não há essas salvaguardas, fala-se apenas em aprendiz ou estagiário. Quer dizer, antecipa a inserção desses jovens como força de trabalho explorada. (RAMOS, 2017)

Ademais, segundo o documento de referência, o MedioTec é uma ação que “catalisa a reforma do ensino médio”. Mesmo com as centenas de movimentos de ocupação nas escolas públicas do país e as muitas manifestações de educadores, intelectuais, estudantes e movimentos sociais contrários à reforma do EM, ela foi aprovada no Congresso Nacional e convertida na Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017. Como apontado no capítulo anterior, a partir da reforma – que aguarda a aprovação da BNCC etapa EM para implementação –, os(as) estudantes deverão escolher o itinerário formativo que pretendem cursar, deixando de ter acesso a outros conhecimentos, com exceção de português e matemática, que continuam obrigatórios nos três anos do EM. Ao enaltecerem a reforma do Ensino Médio, os idealizadores do MedioTec argumentam:

Hoje, se o jovem quiser cursar uma formação técnica de nível médio, ele precisa cursar 2400 horas do ensino médio regular e mais 1000 ou 1200 horas do técnico. O Novo Ensino Médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do Ensino Médio regular desde que ele continue cursando português e matemática até o final. E, no fim dos três anos, ele terá um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico. (BRASIL; MEC; SETEC, 2017, p.19)

Ainda sobre a reforma do Ensino Médio e o MedioTec como catalisador da reforma, Marise Ramos, em entrevista à EPSJV, afirma que:

Toda defesa que se fez historicamente e a demonstração empírica da formação técnica de qualidade, está, primeiramente, em não prejudicar a formação geral em benefício da formação técnica, mas, ao contrário, integrá-la. É o que a gente tem nas experiências exitosas e que podem fazer diferença para os filhos da classe trabalhadora, exatamente aqueles cursos com a carga horária curricular de 3.200 horas, até quatro mil horas ou mais. Mas na visão expressa na reforma e no MedioTec, para esse jovem da escola pública, esse jovem pobre, isso é muito. (RAMOS, 2017)

Em diversos momentos do documento (BRASIL; MEC; SETEC, 2017), consta que o objetivo da ação é atender as demandas do setor produtivo. Segundo o texto, “o objetivo é mapear as demandas de formação técnica em cada uma das cinco regiões do Brasil, com dados sobre as oportunidades reais de inserção, por município, e as aptidões formativas necessárias para atendê-las”.

O próximo tópico trata do MedioTec em Santa Catarina e das iniciativas e documentos que orientaram sua implementação no Estado, com foco em Florianópolis, universo da pesquisa empírica realizada.

2.2 O MEDIOTECH EM SANTA CATARINA

Em artigo publicado no site MedioTec Santa Catarina, em março de 2017, constam as seguintes informações:

O programa oferecerá **cursos técnicos e profissionalizantes totalmente gratuitos**, em uma parceria entre instituições de ensino públicas e privadas. Para se inscrever, é preciso, primeiro, saber se o MedioTec oferecerá cursos na sua cidade e, segundo, ser um estudante do ensino médio regular de uma escola pública. Serão apenas **250 vagas em todo o estado**, e terão prioridade os alunos que apresentam maior grau de vulnerabilidade social, de acordo com o levantamento de características socioeconômicas

(renda, ser beneficiário do Bolsa Família, etc.) e sociodemográficas (bairro em que vive, etc.), de maneira a contribuir para a sua **inclusão social e ampliar suas chances de inserção profissional**.⁵

As primeiras turmas do MedioTec iniciaram suas atividades em agosto de 2017. Artigo publicado no site da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC) naquele mês informa que mais de quatrocentos alunos da rede pública estadual estavam matriculados nos cursos ofertados em oito regiões, segundo o quadro a seguir (Figura 1)⁶:

⁵ Disponível em <https://www.mediotec.pro.br/mediotec-santa-catarina/>. Acesso em 30.05.2018.

⁶ Disponível em <http://www.sed.sc.gov.br/imprensa/noticias/28197-aulas-do-mediotec-iniciam-para-mais-de-400-estudantes-da-rede-publica-estadual>. Acesso em 20.04.2018.

Figura 1

| GERED | MUNICÍPIO | UNIDADE ESCOLAR | CURSO | VAGAS | TURNO |
|-------------------------------|---------------|--------------------------------|------------------------------------------------|-------|------------|
| CHAPECÓ | Chapecó | CEDUP de Chapecó | Técnico em Hospedagem (duas turmas) | 50 | vespertino |
| JOINVILLE | Joinville | CEDUP Dário Geraldo Salles | Técnico em Eletroeletrônica | 30 | vespertino |
| | | | Técnico em Eletromecânica | 30 | |
| | | | Técnico em Qualidade | 30 | |
| COORD. REGIONAL DA GDE FPOLIS | Florianópolis | CEDUP Doutor Jorge Lacerda | Hospedagem (duas turmas) | 50 | vespertino |
| IEE | | Instituto Estadual de Educação | Técnico em Artes Circenses | 25 | noturno |
| | | | Técnico em Dança | 25 | |
| LAGES | Lages | CEDUP Renato Ramos da Silva | Curso de Administração | 25 | vespertino |
| XANXERÊ | Xaxim | EEB Prof Custodio de Campos | Técnico em Administração | 25 | noturno |
| | | | Técnico em Logística | 25 | |
| SÃO BENTO DO SUL | Mafra | CEDUP de Mafra | Técnico em Administração | 25 | vespertino |
| | | | Técnico em Logística | 25 | |
| TIMBÓ | Timbó | CEDUP de Timbó | Técnico em Administração | 25 | noturno |
| CRICIUMA | Criciúma | CEDUP Abílio Paulo | Técnico em Manutenção e Suporte em Informática | 25 | noturno |
| | | | Técnico em Edificações | 25 | noturno |

Legenda: Escolas ofertantes do MedioTec em Santa Catarina

Em Florianópolis, as vagas no âmbito do MedioTec estão divididas atualmente em três Instituições de Ensino: Centro de Educação Profissional Dr. Jorge Lacerda (CEDUP-JL), Instituto Estadual de Educação (IEE) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Segundo os documentos que regulamentam o MedioTec enquanto ação do PRONATEC, os cursos ofertados visam atender as demandas dos mercados de trabalho regionais e se voltam para estudantes matriculados(as) no ensino médio das redes públicas de ensino, socialmente vulneráveis. Para os idealizadores da ação, o Governo Federal está “ampliando suas chances de inserção profissional quando da conclusão da etapa regular de sua educação básica” (BRASIL; MEC; SETEC, 2017). Como critérios avaliativos na seleção dos estudantes para matrícula nos cursos, o documento orienta:

A seleção do público do MedioTec deve considerar características socioeconômicas (maior vulnerabilidade econômica e social) e as atividades de interesse do jovem e, como critério de desempate, características sociodemográficas (bairro, cidade e região) e meritocracia. (BRASIL; MEC; SETEC, 2017, p. 19)

Por se tratar de alunos(as) das Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), segundo o MEC, a seleção do público é responsabilidade das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, que terão como colaborador na avaliação dos critérios de seleção estabelecidos nos documentos oficiais da ação o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Os documentos oficiais disponíveis apontam que a análise das características sociodemográficas pela Secretaria Estadual de Educação é de extrema importância, pois possibilita que os(as) estudantes que possuem residência em bairros periféricos e com maior vulnerabilidade social, sejam prioritariamente atendidos(as) pela ação do MedioTec. Segundo os referidos documentos, as características de vulnerabilidade socioeconômica são definidas por fatores como renda familiar e bairro onde vive o(a) estudante, e caberá às Secretarias Estaduais de Educação e ao MDSA identificar essas populações (BRASIL; MEC; SETEC, 2017); (MEC, 2017a); (MEC, 2017b).

A leitura e análise desses documentos revela que a ação do MedioTec é bastante focalizada. Tem como público alvo, majoritariamente, estudantes de baixa renda e em situação de

vulnerabilidade social e econômica, que podem ou não ser “merecedores” de participar da ação, já que um dos critérios de seleção é a meritocracia. Assim, a seleção de estudantes fica estabelecida da seguinte forma:

1) 10% a 20% das vagas preenchidas a partir da Assistência Social, mediante efetivação da matrícula na Secretaria de Educação, voltada para jovens com deficiências e para aqueles em situação de vulnerabilidade e risco social, tais como violência, medidas socioeducativas, em acolhimento institucional, dentre outras; 2) 65% a 75% das vagas preenchidas a partir de uma lista por escola de alunos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família matriculadas no Ensino Médio, encaminhada às Secretarias de Educação pelo MDSA; 3) 5% a 25% das vagas preenchidas a partir de critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação. (MEC, 2017a, p. 8)

Entretanto, ao analisar os documentos que regulamentam a ação no Estado de Santa Catarina, a exemplo da Instrução Normativa SED nº 1262, de 27/04/2018, constata-se que a Secretaria responsabiliza as instituições de ensino ofertantes do MedioTec pela seleção do público participante da ação, conforme art. 12 da Instrução Normativa:

O estudante interessado em ingressar no Curso Técnico Concomitante e ou FIC do PRONATEC, deverá passar por Processo Seletivo de Aluno – PSA elaborado pela respectiva UO, de acordo com as normas e regulamentos internos da instituição, desde que não estejam em desacordo com a legislação vigente do PRONATEC. (SANTA CATARINA, 2018)

Tendo em vista a autonomia dos Estados para a execução da ação do MedioTec, fica a indagação sobre como na prática vem ocorrendo a seleção dos beneficiários do MedioTec, considerando-se as diferentes outorgas em relação aos critérios utilizados e aos agentes mobilizados para o real alcance do público alvo a que se destina a ação.

Em entrevista realizada com o responsável pela execução do MedioTec em uma das unidades escolares de Florianópolis – o CEDUP-JL – foi informado sobre os critérios para a seleção das vagas: “Para

entrar no MedioTec são três critérios: o primeiro, estar no segundo ano do ensino médio; estar cursando o ensino médio, com certeza [...]; ser de escola pública. A seleção é feita pelo CEDUP-JL, que vai nas escolas públicas de rede”.

Indagado sobre os critérios de vulnerabilidade social e econômica apontados pelo MEC, o Diretor afirma que esses critérios também foram levados em consideração, mas acrescenta: “Nós tivemos dificuldades de encontrar aluno. Tivemos que buscar alunos nas escolas pra poder formar duas turmas em hospedagem”.

No que tange à seleção de vagas, a situação na outra unidade escolar pesquisada – IEE – foi semelhante. Segundo a Supervisora de Curso, embora o IEE tenha uma grande demanda por cursos técnicos, tendo em vista que na escola possuem sete turmas de segundo ano no período matutino e mais cinco turmas no período matutino, também foi necessário ir a outras escolas para conseguir o número de estudantes necessários para abrir os cursos, visando atingir alunos da Grande Florianópolis. A Supervisora acrescenta: “iniciaram duas turmas, uma de Técnico em Dança, com 25 alunos. Não pode mais de 25. E outra de Arte Circense. O de Dança teve a demanda exata, já o de Arte Circense precisou ter o início das aulas adiado por falta de alunos”.

Ainda em relação aos critérios, segundo a supervisora “é socioeconômico, a gente faz uma classificação. Então o primeiro critério é esse. Quem tem bolsa-família, o socioeconômico”. E informa que “só dois ou três estudantes são atendidos pelo bolsa família”, colocando em cheque o alcance real ao público alvo pretendido pela ação, que prevê um percentual de 65% a 70% das vagas preenchidas por estudantes que tem famílias atendidas pelo bolsa família (MEC, 2017a, p. 8).

Para Marise Ramos (2017) a focalização de políticas é recorrente no atual governo. Segundo ela, embora acreditemos ser positivo o acesso dos jovens em vulnerabilidade social a esse tipo de formação, por trás do discurso da oportunidade focalizada, omite-se a ausência de políticas universais.

A ideia é de que a formação pelo trabalho e para o trabalho é exclusiva ou predominantemente para os pobres, e uma formação sempre menor. E que interesse esses jovens têm, se eles não têm o lugar da escola onde esses interesses sejam discutidos? (RAMOS, 2017)

Como apresentado no primeiro capítulo, sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização necessitaria se opor à simples formação para o mercado de trabalho. Ademais, a formação profissional não deveria preparar a juventude exclusivamente para o trabalho e sim “proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico das profissões, sem nunca se esgotar a elas” (RAMOS, 2008, p. 5).

As promessas são muitas e para que os objetivos pretendidos sejam alcançados algumas estratégias foram elaboradas, como: os seminários de profissões, o acompanhamento psicossocial e pedagógico, assistência estudantil, laboratórios didáticos etc. (MEC, 2017a), (BRASIL; MEC; SETEC, 2017), (MEC, 2017b). As primeiras turmas no âmbito do MedioTec iniciaram suas atividades no segundo semestre de 2017 e até o momento não se tem nenhum relatório ou balanço dessas atividades para que se possa avaliar em que medida as estratégias da ação estão sendo realizadas, quais cursos estão efetivamente sendo ofertados e se o público alvo da ação foi alcançado.

Assim, no próximo capítulo, procuro fazer alguns apontamentos no tocante às estratégias da referida ação e quais as percepções dos agentes envolvidos no processo de implementação da ação em duas escolas estaduais de Florianópolis/SC, buscando analisar de forma comparativa as diretrizes apontadas pelos documentos oficiais relativos a ação, com o que têm se realizado na prática.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DO MEDIOTEC EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FLORIANÓPOLIS

Como foi informado na Introdução, neste capítulo a análise centra-se nas duas instituições escolares da rede pública estadual que se encontram vinculadas ao MedioTec em Florianópolis: Centro de Educação Profissional Dr. Jorge Lacerda (CEDUP-JL) e Instituto Estadual de Educação (IEE). Ambas as instituições ofertando 50 vagas: no CEDUP-JL as vagas estão todas direcionadas para o curso técnico em Hospedagem enquanto no Instituto Estadual de Educação elas dividem-se em dois cursos: 25 vagas para o curso técnico em Arte Circense e outras 25 vagas para o curso técnico em Dança. São cursos em regime presencial, no contra-turno escolar.

Cabe pontuar que não foi localizado nenhum edital ou documento de orientação de execução, como os citados no capítulo anterior, que informassem os critérios para a escolha das instituições públicas ofertantes do MedioTec. Portanto, nas entrevistas com os responsáveis pela execução do MedioTec nas duas unidades escolares pesquisadas a primeira pergunta foi sobre os critérios utilizados para a escolha dessas instituições na oferta de cursos no âmbito do MedioTec.

Segundo o Diretor do CEDUP-JL, à época do lançamento da ação

a Secretaria Estadual ofereceu e a gente abraçou. Foi opção da escola querer ofertar ou não. Porque o MedioTec é uma estrutura que traz coordenadores, traz os professores, mas é tudo bolsista. Os professores, os coordenadores são contratados como bolsistas. Eles não são funcionários públicos de carreira do estado. Por isso é uma opção de cada escola querer ofertar ou não. E como a nossa especialização é o profissionalizante né. O CEDUP é um centro de cursos técnicos profissionalizantes, a gente abraçou o MedioTec com o curso de Hospedagem. Os cursos são ofertados por aquilo que a gente tem aprovado pelo conselho de educação e posterior a isso ele é aprovado pelo MEC. A gente solicita a abertura da turma naquele curso e o MEC aprova ou não.

O Diretor ainda afirma:

[...] A primeira escola a ser oferecida onde tem CEDUP é no CEDUP. Por exemplo, São José tem uma escola que não me lembro o nome agora, que também tem o MedioTec lá, mas São José não tem CEDUP. [...] As regiões que têm o CEDUP são oferecidas pelo CEDUP primeiro.

Segundo a fala do professor, os Centros de Educação Profissional teriam prioridade na oferta dos cursos no âmbito do MedioTec, desde que, demonstrassem interesse em ofertar cursos através da ação. Entretanto, segundo a supervisora de curso do MedioTec no IEE, os critérios para a escolha da instituição para ofertar o MedioTec foram outros:

O MedioTec veio pra nós com uma pesquisa que o MEC fez e não sei aprofundar como foi feita, eu sei que pelo instituto ter esse espaço físico, voltado pros esportes, pelos estúdios, tudo. Foi oferecido esses dois cursos, dança e arte circense. Na mesma época outros cursos foram pro CEDUP e outros até à distância pro IFSC.

A Assistente Regional do MedioTec acrescenta:

Por nós termos aqui dois grupos de dança bem forte que competem em vários festivais que existem, eles sugeriram pra gente abrimos de dança e também o de arte circense [...]. Então a sugestão partiu deles, da secretaria juntamente com esse guia. Justamente porque os ministérios sugerem. Nós na verdade não tivemos muita opção de dizer que a gente queria ou não. Então foi isso que aconteceu.

As respostas sugerem que não há uma unidade na orientação para adesão, pelo ensino médio regular, ficando facultado a instituição de ensino introduzir atividades relativas a proposta do MedioTec considerando a disponibilidade de estrutura física, assim como de aproveitamento de ações que já estejam sendo ofertadas conforme a demanda da comunidade que a frequenta. Tendo em vista a incompatibilidade das respostas, na prática o que se percebe é a ausência de critérios para a escolha da instituição que ofertam a ação, ou no mínimo, certa arbitrariedade na escolha dessas instituições. Outros questionamentos foram feitos em torno da seleção de vagas, contratação

de professores, a relação dos cursos ofertados com o mercado de trabalho etc. sobre os quais tratarei a seguir.

3.1 PARCEIROS DEMANDANTES E A ESCOLHA DOS CURSOS OFERTADOS

No que se refere à escolha dos cursos a serem ofertados pelo PRONATEC e MedioTec, são utilizados como referência o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o guia PRONATEC de cursos FIC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que definem as áreas profissionais conforme a organização dos setores produtivos e as demandas do mercado de trabalho. Os Eixos Tecnológicos ofertados pelo PRONATEC através do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos são: Ambiente e Saúde; Controle de Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer (BRASIL; MEC, 2014).

No Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, constam 227 cursos disponíveis dentre os 13 eixos citados a cima. A escolha dos cursos ofertados pelo MedioTec é feita através dos parceiros demandantes, sendo eles: o demandante de vagas e o demandante de público.

Os demandantes de público são os já citados RPEDE e MDSA, responsáveis pelo recorte de público que ingressa nos cursos do MedioTec, conforme os critérios apresentados anteriormente. Já os demandantes de vagas são responsáveis pelo mapeamento das necessidades de mercado.

Os demandantes de vagas, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Ministério do Turismo (MTur), Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Ciência, Tecnologias, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Saúde (MS), por meio de metodologias próprias e segundo prospecções econômicas e estudos de desenvolvimento do seu setor específico em cada região do país, realizam o levantamento dos profissionais que deverão ser formados para atendimento das demandas do mundo do trabalho e renda. Considera-se, nesse

caso, o mercado formal, com mapeamento das empresas propensas a recepcionarem os egressos enquanto profissionais formados, e do mercado informal, em que os egressos inserir-se-ão por meio do auto-emprego, da prestação de serviços ou outras formas de inserção socioprofissional. (MEC, 2017a)

Assim, as vagas do MedioTec são definidas por meio não só das demandas do mundo do trabalho e renda, mas também voltadas às necessidades futuras, considerando projeções de crescimento dos diversos setores produtivos, econômicos e sociais de todas as regiões do país. Segundo o Guia MedioTec, o mapeamento de demandas considerou apenas as necessidades de formação técnica de cada região (MEC, 2017b).

Para o Diretor do CEDUP-JL o que torna relevante a oferta do curso em hospedagem é a demanda: “eu acho que eles veem muito isso. Por exemplo, Florianópolis. Hospedagem a demanda é grande. É um curso que tem uma necessidade no campo do mercado de trabalho, né”. Para ele, por meio do MedioTec os(as) estudantes teriam oportunidades para ingressar mais qualificados em um mercado de trabalho promissor. Porém, na mesma entrevista o Diretor lamenta que a instituição já tenha ofertado o curso de hospedagem, mas precisou encerrar a oferta por falta de demanda por parte dos(as) estudantes. Ao tratar do preenchimento das vagas, o professor também expressou a dificuldade em encontrar estudantes interessados(as) no curso, evidenciando o interesse do MedioTec em atender prioritariamente os interesses mercadológicos do empresariado local.

Já a Assistente Regional do MedioTec no IEE, afirma que a demanda reconhecida pelos cursos de Dança e Arte Circense decorre do número de eventos sediados em Florianópolis. Segundo ela, nos eventos que ocorrem, sempre há demanda por apresentações artísticas na abertura de eventos etc.

De acordo com o MEC (MEC, 2017a) os demandantes de vaga devem conjuntamente com os agentes envolvidos na execução da ação nas escolas, garantir a absorção dos(as) estudantes e também dos(as) egressos(as) ao mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Somado a isso, é de responsabilidade destes viabilizar a realização de estágios, contratos de aprendizagem ou outras formas de vínculos, que permitam que os(as) estudantes, além de continuarem motivados(as), tenham garantidos o acesso e permanência nos cursos.

Outra incoerência apresentada entre os documentos que orientam a execução do MedioTec e a realidade concreta é a realização de estágios no mercado de trabalho, onde posteriormente os estudantes poderiam ser efetivados. No CEDUP-JL os(as) estudantes possuem 160 horas de estágio, sendo 80 horas de estágio obrigatório não remunerado em campo, que correspondem a três semanas de 6 horas por dia. Segundo o diretor:

Os estágios ocorrem aqui na escola, com a professora de estágio. Das 160 horas tem 80 horas que eles cumprem em campo. Por exemplo: nosso curso é um curso de hospedagem, então eles tem agora os hotéis onde eles vão fazer estágio. A escola procura o hotel, solicita se o hotel tem interesse de um estagiário, os hotéis se mostram interessados e a gente encaminha.

Entretanto, segundo as responsáveis pela execução do MedioTec no IEE, os(as) estudantes dos cursos de dança e arte circense não realizam estágio obrigatório e não tem previstas quaisquer outras formas de vínculo com o mercado de trabalho durante os cursos.

Ainda sobre a organização da oferta, cabe destacar que os Projetos Pedagógicos dos Cursos Unificados (PPCU) de cada instituição ofertante de cursos MedioTec, devem possibilitar a certificação intermediária, permitindo aos(as) estudantes a construção de diferentes itinerários formativos (MEC, 2017^a, p. 19). Entretanto, assim como na reforma do EM, a escolha dos itinerários formativos ofertados por cada instituição de ensino será feita pelo próprio sistema de ensino e dependerá das condições objetivas das instituições, podendo assim restringir as possibilidades de escolha dos(as) estudantes (KUENZER, 2017, p. 335).

Além disso, os documentos que orientam a oferta do MedioTec para instituições públicas e SNA afirmam que os itinerários formativos dos cursos técnicos devem oferecer certificação intermediária a partir do término do primeiro módulo do curso, atendendo ao que determina os artigos 6 e 24 da Portaria MEC nº 817/2015, que dispõem sobre a oferta de bolsa-formação no âmbito do PRONATEC.

Art. 6 o A SETEC-MEC incentivará a oferta de cursos que utilizem estratégias pedagógicas inovadoras. Art. 24. Os cursos a serem ofertados poderão compor itinerários formativos que

possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos [...]. (MEC, 2017a, p. 19)

Para Kuenzer (2017, p. 339), vê-se na atual política educacional a efetivação de um projeto pedagógico fundamentado nos princípios capitalistas de acumulação flexível, que mantêm a distribuição desigual dos conhecimentos entre a classe trabalhadora e a classe dominante. Issobuscando formar profissionais flexíveis que acompanhem as mudanças tecnológicas na dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea. Segundo a autora,

Em consonância com as demandas do mercado, as políticas públicas estimulam, cada vez mais, a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, tendo em vista implementar uma nova qualidade à aprendizagem, aproximando-a dos novos padrões de comportamento social e das práticas laborais da sociedade informatizada. O objetivo da nova pedagogia é formar subjetividades flexíveis que se relacionem, produzam e consumam em uma sociedade cuja base técnica, a mover o mercado, é a microeletrônica. (KUENZER, 2017, p. 340)

Mais especificamente sobre a educação profissional e tecnológica, Kuenzer acrescenta:

Importante observar, com relação ao recuo da teoria, que a Lei nº 13.415/2017 abre a possibilidade de substituir parte da formação que seria dada nas escolas de ensino médio por cursos a distância, módulos ou cursos ofertados por outras instituições, em um nítido processo de flexibilização curricular que relativiza a organização curricular sistematizada, notadamente na formação técnica e profissional. Nesse caso específico, o recuo à teoria é de tal monta, que se admite a certificação de competências comprovadas por exercício profissional supervisionado, sempre lembrando que se está falando de um jovem adolescente, e não de um trabalhador adulto e experiente; certifica-se o conhecimento tácito. (KUENZER, 2017, p. 344-345)

Para a autora, a oferta de educação profissional é definida pelas demandas do mercado de trabalho, sendo que o dinamismo dessas demandas ora incluem e ora excluem trabalhadores(as) com as mais variadas qualificações. Alerta para a construção de “corpos coletivos de trabalho dinâmico” numa rede que integra diferentes formas de subcontratação e trabalho precário que “ao combinar diferentes estratégias de extração de mais-valia, asseguram a realização da lógica mercantil”. Segundo ela,

Diferentemente do que ocorria no taylorismo/fordismo, em que as competências eram desenvolvidas com foco em ocupações previamente definidas e relativamente estáveis, a integração produtiva se alimenta do consumo flexível de competências diferenciadas, que se articulam ao longo das cadeias produtivas. Essas combinações não seguem modelos preestabelecidos, sendo definidas e redefinidas segundo as estratégias de contratação e subcontratação que são mobilizadas para atender à produção puxada pela demanda do mercado. (KUENZER, 2017, p. 340)

Kuenzer afirma que o atual regime de acumulação flexível reconhece a importância da ampliação da escolaridade da classe trabalhadora em todos os níveis de ensino, para assim atender às novas demandas de mercado, mas questiona para quem realmente serve e com que qualidade vem ocorrendo a expansão da escolaridade atualmente. Para Kuenzer (2017, p. 339), após a aprovação da nova legislação no âmbito do EM, verifica-se uma desqualificação desse nível de ensino que ao flexibilizar os percursos, aprofunda a oferta desigual dos conhecimentos produzidos historicamente.

O uso da força de trabalho nos moldes da acumulação flexível, permite que alguns(as) trabalhadores(as), a depender de suas trajetórias escolares, exerçam o trabalho intelectual aliado às atividades práticas. Porém esse direito fica reservado a poucos, tendo em vista que a maioria dos(as) trabalhadores(as), que tiveram uma escolarização precária e desqualificada, realizada por treinamentos ou cursos aligeirados, acabam por desenvolver conhecimentos e técnicas pouco sofisticados por meio de atividades laborais de natureza simples (KUENZER, 2017, p. 341).

Como aponta Kuenzer (2017, p. 341), no atual contexto político as oportunidades desiguais e diferenciadas são institucionalizadas

através de leis, como a que estabelece a reforma do EM. No que se refere ao MedioTec apresentado como catalisador da reforma, procuro demonstrar neste trabalho que o objetivo proclamado nos documentos do MEC, de preparar jovens estudantes da rede pública de ensino para inserção no mercado laboral, não tem base material de sustentação no atual contexto. Isso porque é um discurso que promete a ocupação de postos de trabalho que podem ou não existir, a depender das projeções de crescimento da economia local, em um cenário de aumento exponencial do desemprego e do subemprego. Ignorando esse cenário, o discurso oficial aponta ainda para a inserção dos(as) estudantes no mercado de trabalho durante os cursos profissionalizantes e sua certificação a cada módulo do curso concluído.

3.2 DOS SEMINÁRIOS DAS PROFISSÕES

Por meio dos Seminários das Profissões as instituições ofertantes, em parceria com a Secretaria do Estado de Educação, devem apresentar as perspectivas do mundo do trabalho e renda nas localidades em que se realizam, além de abordar os perfis das profissões vinculadas aos cursos ofertados, para facilitar o processo de escolha dos cursos pelos(as) estudantes, evitando assim a evasão.

Os seminários de profissões devem também abordar as características gerais das profissões relacionadas aos cursos a serem ofertados, sinalizados pela SETEC/MEC em função da demanda do mundo do trabalho e renda, em consonância com o arranjo local, orientando a escolha do aluno e auxiliando-o a construir seu projeto de vida profissional e cidadã. (MEC, 2017a, p. 11)

Segundo os documentos de orientação aqui citados, para que a escolha da profissão seja exitosa, vários aspectos precisam ser considerados: gosto pessoal, identificação com a profissão, suporte familiar na tomada de decisão, além de condições socioambientais e econômicas. A orientação é que os seminários das profissões ocorram antes do processo de seleção do público “beneficiário” da ação, possibilitando um conhecimento prévio, não só das futuras áreas de atuação dos(as) adolescentes, mas também da base média de

remuneração de cada profissão (MEC, 2017a, p. 11). O MEC sugere algumas formas para realização dos seminários. Dentre elas:

- a. Feira de profissões com participação dos orientadores educacionais (psicólogos e pedagogo) disponíveis nas Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação. Essa feira poderá ser organizada com stands por temáticas. As temáticas deverão estar diretamente relacionadas aos cursos demandados pela SETEC/MEC;
- b. Estados com mais de uma região atendida pelo MedioTec poderão realizar seminários regionais, buscando evitar grandes descolamentos dos alunos;
- c. Produção de materiais de divulgação desde que atendam aos conteúdos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) produzido pela SETEC /MEC;
- d. Distribuição às escolas das Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação, vídeos e materiais de divulgação que possibilitem o acesso ao conhecimento sobre as profissões e cursos;
- e. Divulgação da plataforma SuperTec ([www. supertec.gov.br](http://www.supertec.gov.br)) do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) que oferece informações detalhadas de mais de 100 Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) e de Cursos Técnico;
- f. Recomenda-se a articulação e parceria com as empresas locais para que apresentem a realidade profissional. Essa articulação é de responsabilidade dos parceiros demandantes de vagas. As empresas contatadas poderão disponibilizar panfletos e realizar palestras, exposição de vídeos, entre outros. (MEC, 2017a, p. 12)

Cabe lembrar que, contraditoriamente à estratégia apresentada, a escolha dos cursos é previamente definida pelos demandantes de vagas, que fazem o mapeamento das demandas de mercado. Cabe a Secretaria de Educação apenas disponibilizar a lista dos cursos disponíveis, conforme descrito anteriormente. Assim, questiona-se qual a autonomia do(a) estudante quanto à escolha de seu “projeto de vida profissional e cidadã”?

Nas duas instituições de ensino analisadas os(as) entrevistados(as) confirmaram ter havido um seminário de profissões no início do curso que, segundo a Supervisora de Curso do IEE, contribuiu “também para captar alunos através da apresentação dos cursos”.

Para o MEC, além de contribuir para que os(as) estudantes estejam embasados no momento da escolha do curso técnico por meio de estratégias como o Seminário das Profissões, para que a juventude tenha êxito no seu projeto de vida profissional, respondendo assim às demandas do mercado, faz-se necessário garantir a permanência dessa juventude na formação técnica. Para isso, o MEC determina que as instituições ofertantes disponibilizem o apoio psicossocial e pedagógico (MEC, 2017a, p. 15).

3.3 ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO

Com o objetivo de evitar a evasão escolar em decorrência dos possíveis conflitos de idade, de dificuldades econômicas e sociais e considerando que os(as) jovens estudantes dedicam dois turnos diários à formação, sendo um deles a formação técnica, o MEC prevê a oferta de apoio psicossocial para os beneficiários do programa. Isso tendo em vista que “por se tratar de um público jovem (de 15 a 19 anos), é nesta fase que o indivíduo mais necessita de apoio para tomar importantes decisões sobre seu futuro” (MEC, 2017a).

Para isso, o MEC recomenda que as instituições ofertantes se responsabilizem pelo acompanhamento psicossocial e pedagógico do estudante durante todo o curso, propiciando-lhes o apoio necessário. Para tanto, sugere que as instituições ofertantes da ação contratem, por meio de concurso público ou do pagamento de bolsa, um psicólogo e pedagogo, neuropsicopedagogo ou psicopedagogo, para melhor atender aos(as) beneficiários(as) do MedioTec (MEC, 2017a).

Contudo, mesmo com estratégias como a do Seminário das Profissões que procura embasar a escolha do (a) jovem ao optar por um curso técnico, a iniciativa não foi efetiva. Em entrevista, quando questionada sobre o interesse dos(as) estudantes em relação ao curso, a Supervisora de Curso do MedioTec no IEE afirma:

na dança ela fluiu melhor pelo perfil dos alunos porque era uma coisa que eles queriam, estavam envolvidos, então eles eram mais comprometidos [...] já o Arte Circense, os estudantes relatam ter ingressado no curso mais pela curiosidade.

Ademais, tendo em vista que o IEE ofereceu 50 vagas, sendo elas 25 vagas para Dança e 25 vagas para Arte Circense e o CEDUP-JL oferecendo 50 vagas divididas em duas turmas de Hospedagem, quando questionados(as) os(as) entrevistados(as) sobre o número de estudantes atualmente matriculados(as) nos cursos, já em seu período final, os números surpreendem. Segundo as responsáveis pela execução do MedioTec no IEE, atualmente o curso de Dança possui dezenove estudantes regulares e o de Arte Circense sete estudantes regulares, sendo a maioria dos(as) estudantes da própria instituição. Já o curso de Hospedagem no CEDUP-JL, está atualmente com 34 estudantes regulares.

Além disso, foi solicitado às instituições de ensino a elaboração de um relatório de evasão, com dados quantitativos e qualitativos, assim como um relatório conjunto entre a instituição ofertante do curso técnico e a escola pública, visando o acompanhamento do desempenho dos(as) estudantes, tanto no EM quanto no ensino técnico. Assim, quando identificada a evasão de um aluno, os relatórios possibilitariam a realização de ações que possibilitem o retorno do(a) estudante ao curso (MEC, 2017a).

Dentre as instituições de ensino analisadas, apenas o IEE disse estar elaborando um relatório do primeiro módulo, ainda em construção. Segundo a Supervisora de Curso, no que se refere à evasão, o relatório demonstra que:

Na Dança ela fluiu melhor pelo perfil dos alunos porque era uma coisa que eles queriam, estavam envolvidos, então eles eram mais comprometidos. O Arte Circense tem outro perfil, nós pegamos alunos do Instituto e fora dele. Tem a distância, tem várias coisas que influenciaram e que dificultou.

Ela ainda pontua o excesso de atividades do participante,

é o estudo, é o trabalho e o MedioTec. Nós temos alunos fiéis que vem todos os dias; ele estuda de manhã, trabalha à tarde e vem pro MedioTec à noite. E fora os sábados que a gente teve que repor aula. Então, algumas desistências se deram por ter que trabalhar, fazer cursinho. É bem desgastante por eles.

Já para os(as) jovens selecionados pela assistência estudantil, que a priori deveriam corresponder a um percentual entre 10% e 20%, os documentos do MEC apontam que o acompanhamento psicossocial e pedagógico deveriaser feito de forma diferenciada, por meio das seguintes ações:

1. Identificar entre os usuários dos Serviços, Programas e Benefícios da rede socioassistencial, aqueles que demonstrem interesse nos cursos oferecidos, desde que atendam aos critérios definidos e apresentem condições de participação;
2. Encaminhar para matrícula nas instituições indicadas;
3. Atender esses adolescentes e jovens encaminhados pela Assistência Social em oficinas do PAIF de forma articulada com a equipe técnica do Acessuas Trabalho:
 - a. Sugere-se que no início das atividades os encontros sejam mais frequentes (1 vez ao mês) e menos frequentes na sequência (trimestral - semestral);
 - b. O atendimento às famílias com adolescentes e jovens que participam do MedioTec será realizado por meio das oficinas com famílias do PAIF, ou outros atendimentos realizados no âmbito do CRAS. Os encontros terão a presença dosadolescentes e suas famílias. Nesses encontros os temas a serem discutidos devem perpassar assuntos de interesse dos adolescentes e jovens, refletir e avaliar a participação desses jovens e adolescentes no Programa MedioTec e como essa participação tem impactado sua vida e suas relações familiares e comunitárias[...]. (MEC, 2017a, p. 16-17)

Ademais, as instituições ofertantes dos cursos do MedioTec, em parceria com as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, são responsáveis por acompanhar os(as) egressos por um período de 12 meses. O acompanhamento tem por objetivo observar o tempo que o egresso leva para ser admitido em um posto de trabalho, a relação direta entre sua formação técnica e a inserção profissional e quais as dificuldades enfrentadas nesse processo, assim como se a formação técnica contribuiu para sua “formação cidadã e pessoal” (MEC, 2017b).

Cabe pontuar que o MEC responsabiliza as instituições ofertantes do MedioTec, públicas e privadas, de realizarem o acompanhamento dos(as) egressos, sem orientar de que maneira e por meio de quais instrumentos esse acompanhamento deverá ser feito. Desse modo, a

instituição ofertante será a única responsável pela execução desse acompanhamento (MEC, 2017b).

3.4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Nos documentos que orientam a execução do MedioTec, o MEC determina que as instituições de ensino ofertantes dos cursos técnicos concomitantes devem prestar assistência estudantil, visando evitar a evasão escolar e garantir a permanência dos(as) estudantes na escola no período do contraturno escolar (MEC, 2017b). Para tanto, entende-se como assistência estudantil o fornecimento de alimentação e, se necessário, de transporte, sendo que a alimentação pode ser oferecida diretamente pela instituição de ensino ou em pecúnia. Neste caso, o recurso é pago diretamente a(ao) estudante por meio da bolsa-formação. O valor pago corresponde ao valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação na Escola (PNAE), de R\$ 1,00 (um real) para a educação integral ou concomitante, sendo pago o mesmo valor a título de transporte, estabelecendo-se assim o valor mínimo de R\$ 2,00 (dois reais) por hora-aula/aluno a título de assistência estudantil para os(as) alunos(as) do MedioTec.

Em se tratando dos cursos do MedioTecEAD, cabe à instituição de ensino decidir a pertinência do pagamento de assistência estudantil. Entretanto, o MEC recomenda o fornecimento de assistência estudantil desde que “no limite” dos momentos presenciais, quando houver (MEC, 2017b).

Como a assistência estudantil é de responsabilidade das instituições de ensino, conjuntamente com as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, cabendo a elas estabelecer os critérios e valores de pagamento, em Santa Catarina a Secretaria de Educação do Estado lançou uma Normativa SED Nº 1191, de 12/05/2017, posteriormente substituída pela Normativa SED n. 1262, de 27.04.2018, que regulamentou a Bolsa-Formação do PRONATEC e ações do MEDIOTECH, no âmbito da Rede Estadual de Ensino. No documento vigente, constam as determinações que tem como objetivo:

Art. 1º Regulamentar, disciplinar e organizar a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC – Bolsa Formação, estabelecendo normas específicas para as atividades do Programa e,

ainda, definindo os valores destinados ao pagamento da Bolsa Formação.

Parágrafo 1º. O MEDIOTEC constitui-se numa ação de aprimoramentoda oferta de cursos técnicos concomitantes para o aluno regularmente matriculado no ensino médio nas redes públicas estaduais e distrital de educação.

Parágrafo 2º. O curso de Formação Inicial e Continuada e qualificação profissional, doravante denominada de FIC, tem a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar o estudante e o trabalhador que deseja entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira rápida e eficiente. (SANTA CATARINA, 2018)

Como já comentado, o MEC atribui às Secretarias de Educação autonomia na gestão de recursos e processos, no âmbito do MedioTec, sendo elas responsáveis pelos pagamentos, seleções de vaga, contratações de corpo técnico e docente, repasses para compra de material, assim comopela elaboração de relatórios que possibilitem uma avaliação da ação que está sendo executada.Entretanto, embora os documentos do MEC de orientação para a execução do MedioTec, atribuam às Secretarias de Educação Estaduais e Distrital a responsabilidade de realizarem, conjuntamente com o MDSA, o processo seletivo para o preenchimento de vagas, em nenhum momento é mencionada a possibilidade de realização de processos de seleção nas instituições de ensino ofertantes do MedioTec.

Especialmente no que se refere a Bolsa-Formação e à assistência estudantil, a Normativa elucida que:

Art. 16. A Bolsa-Formação corresponderá ao custeio de todas as despesas relacionadas à carga horária total do curso e por estudante, incluindo assistência estudantil.

§1º A Bolsa-Formação será em pecúnia, no valor de R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) por hora aula frequentada, referente ao pagamento de transporte e alimentação e para os casos específicos autorizados pela SETEC-MEC, cuja frequência estiver devidamente registrada no SISTEC, podendo ser alterado a qualquer tempo, por ato do Secretário de Estado da Educação.

§2º O Seguro contra acidentes pessoais será devido para os estudantes dos cursos que coloquem em risco a sua integridade física, em conformidade com as Resoluções vigentes.

§3º O valor da Bolsa-Formação terá desconto das faltas registradas no SISTEC, justificadas ou não, no mês subsequente ao do pagamento.

§4º Os materiais de custeio incluem, dentre outros, todo material didático-pedagógico, escolar, de consumo para os laboratórios, uniforme e prestação de serviço de seguro contra acidentes pessoais para os beneficiários, mediante processo licitatório ou Adesão à Ata de Registro de Preços do MEC/FNDE.

§5º O estudante só poderá desistir do curso no primeiro dia útil do mês subsequente ao recebimento da Bolsa Formação caso não tenha registro no SISTEC de falta.

§6º Não poderão ser cobradas quaisquer taxas e ou emolumentos do estudante beneficiado com a Bolsa-Formação, salvo disposições contrárias nesta Instrução Normativa. (SANTA CATARINA, 2018)

A Instrução Normativa também estabelece os critérios para o pagamento de bolsas. Dentre os critérios estão a assiduidade; idoneidade; bom desempenho no curso, não podendo reprovar em mais de uma disciplina; cumprimento dos deveres expressos no termo de compromisso assinado pelo(a) estudante e comportamento compatível com o regimento interno da instituição de ensino etc. As despesas decorrentes das ações do PRONATEC, incluindo o pagamento da bolsa-formação, correrão à conta de dotação orçamentária, com recursos do FNDE (SANTA CATARINA, 2017). Segundo o MEC, os recursos destinados à assistência estudantil serão liberados mensalmente, após a confirmação da frequência dos(as) estudantes a ser feita pelos(as) próprios(as) alunos(as) em uma plataforma no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) (BRASIL; MEC; SETEC, 2017).

No caso das duas instituições analisadas, os repasses ocorrem mensalmente em uma conta do próprio estudante, aberta no Banco do Brasil ao iniciarem o curso. Como afirma o Diretor do CEDUP-JL, "eles ganham uma bolsa pra estudar de R\$ 300,00 por mês. Eles não podem

ter falta, cada falta é descontada. Esse valor é um valor para esse fim: transporte e alimentação".

Outro aspecto importante que contribuiria para o êxito do curso seria o funcionamento da gestão de recursos por meio da efetivação dos repasses voltados para as demandas específicas de cada curso. Segundo o Diretor do CEDUP-JL, a burocracia para a liberação de recursos é bastante problemática. Segundo ele os recursos vindos do governo federal são enviados a Secretaria de Educação, que é responsável de fazer os repasses as instituições de ensino ofertantes da ação.

Acerca do procedimento para o recebimento dos recursos como materiais ou transportes, o Diretor informa que: "São feitos três orçamentos dos materiais que precisamos e encaminhados para a Secretaria de Educação; aó a Secretaria de Educação encaminha para o setor financeiro lá, para serem comprados esses tipos de materiais". Mas quando questionado se já haviam recebido os materiais o professor diz que não, que "a questão burocrática atrapalha muito". Segundo o Diretor, desde o início da oferta do MedioTec o CEDUP-JL recebeu apenas resmas de folhas A4.

Embora reconhecida a boa estrutura espacial do IEE, as professoras bolsistas responsáveis pela execução do MedioTec na instituição demonstraram também um desgaste sofrido pela falta de recursos. Segundo a Supervisora de Curso, para o curso técnico de Dança os recursos estavam mais disponíveis, tendo em vista o espaço físico, o estúdio de dança já existente na escola, mesmo sendo compartilhado com outros dois cursos que fazem uso do estúdio. Já no que se refere ao curso técnico de Arte Circense, a Supervisora informa que: "a escola usa recursos que tem, a gente ainda comprou algumas coisas assim de imediato, mas assim, a gente precisa de instrumentos técnicos né, o pano, a base, tudo". Segundo ela, tem sido usada "muita coisa emprestada que os professores conseguiram". E critica os empecilhos de ordem "burocrática" que, na sua avaliação, impediram a chegada dos materiais necessários para a execução dos cursos.

Para a Supervisora de Curso, um dos motivos para a elevada evasão dos(as) estudantes é a escassez de material didático. Segundo ela, "o número de estudantes que irão se formar está bem abaixo do esperado". As professoras bolsistas afirmam que há uma verba para a escola, mas que está na Secretaria de Educação. Assim, a escola precisa pedir material para a Secretaria, que até o momento só repassou materiais de consumo para a Instituição. A bolsista responsável pelo Apoio Administrativo, acrescentou que os(as) estudantes também arcam

com despesas relativas aos cursos como, por exemplo, a participação em: "eventos em Florianópolis, eles foram de ônibus de linha normal".

A já citada Instrução Normativa SED-SC Nº 1262, de 27.04.2018 também regulamentou a contratação dos(as) profissionais que atuam no MedioTec, o que será tratado no próximo tópico.

3.5 CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES(AS)

Os documentos oficiais que orientam a execução do MedioTec em âmbito federal não apontam nenhum critério para a contratação de professores e demais profissionais atuantes no desenvolvimento da ação. Assim, entende-se que as Secretarias Estaduais e Distrital de Ensino e as Instituições Privadas participantes do MedioTec, possuem autonomia para a contratação desses(as) profissionais. Em âmbito estadual, o documento que versa sobre contratação de profissionais para o MedioTec em SC determina que:

Art. 4º Para atendimento ao Programa, a Secretaria de Estado da Educação designará, por meio de Portaria, com a percepção de bolsas, denominada Bolsa-Formação, profissionais para exercerem os seguintes encargos: I - Coordenador-Geral; II - Coordenador de Planejamento e Gestão; III - Coordenador Pedagógico; IV - Coordenador de Administração Orçamentária e Financeira; V - Assessor de Planejamento e Gestão; VI - Assessor Pedagógico; VII - Assessor de Administração Orçamentária e Financeira; VIII - Articulador Estadual de Demanda Exclusiva; IX - Assistente Regional Administrativo e Pedagógico; X - Supervisor de Curso e de Incentivo e Integração ao Mundo do Trabalho; XI - Monitor de Unidade Remota; XII - Apoio Administrativo de Gestão e Integração Escolar; XIII - Orientador Educacional e Pedagógico; XIV - Professor. (SANTA CATARINA, 2018)

Conforme determina a Instrução Normativa, a SED realizou Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a contratação de Orientador(a) Educacional e Pedagógico (a) e de Professor(a). Os demais cargos são designados por ato do Secretário de Estado da Educação. Assim, a contratação de Orientadores(as) e professores(as)

ocorreu por meio de processo PSS, mediante edital, realizado pela Secretaria Estadual de Educação (SANTA CATARINA, 2018). Podem compor a equipe do PRONATEC, segundo Art. 7º da citada Instrução Normativa “servidor público ou Prestador de Serviço, salvo no caso de Coordenador Geral que deverá ser servidor público efetivo” (SANTA CATARINA, 2018).

É importante frisar que as atividades exercidas pelos profissionais contratados no âmbito do PRONATEC/MedioTec não constituem vínculo empregatício, conforme aponta o Art. 9 § 3º, da Lei que regulamenta o PRONATEC: “As atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do PRONATEC não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos” (BRASIL, 2011).

Para o recebimento do pagamento da bolsa-formação pelas horas trabalhadas, os(as) prestadores(as) de serviço – professores(as) – precisam emitir mensalmente uma nota fiscal de serviço, de pessoa física, junto à prefeitura do município em que atuam no MedioTec. (SANTA CATARINA, 2018).

Quando questionados a respeito da contratação de professores(as) sem vínculo empregatício o Diretor do CEDUP-JL defendeu

como é um projeto que tem início e fim, é uma das vias legais que se tem hoje né. Se ela é justa ou não eu não vou entrar nesse mérito, mas é uma das vias legais hoje e os profissionais com esse vínculo eles conseguem ser um pouco melhor remunerados.

Segundo a Instrução Normativa SED nº 1262, de 27.04.2018, os(as) professores(as) com nível superior habilitado recebem R\$ 50,00 por hora/aula, enquanto os não habilitados recebem R\$ 45,00 por hora/aula. Segundo o Art. 30, da Normativa:

§1º Considerar-se-á habilitado o Professor que possuir na sua área de atuação Licenciatura Plena ou Curso Normal Superior ou outro Curso Superior com Complementação Pedagógica, de acordo com a Resolução no 2/CNE, de 26 de junho de 1997, ou Curso Emergencial de Licenciatura Plena de Formação de Professores.
§2º Considerar-se-á não habilitado o profissional

com nível superior sem complementação Pedagógica ou que esteja cursando o nível superior ou, ainda, outros bacharelados ou cursos de Tecnologia de nível médio na área. (SANTA CATARINA, 2018)

No IEE, são seis professores(as) que atuam simultaneamente nos cursos de Arte Circense e Dança, podendo acumular até três disciplinas por professor(as). Destes, segundo a Assistente Regional, apenas uma professora não é habilitada, todos os(as) demais são habilitados, possuindo graduação nas seguintes áreas do conhecimento: Educação Física; Educação Artística; Artes Visuais; Dança e Artes Cênicas. "se o professor só tem um vínculo no estado ele pode usar a matrícula dele pra receber bolsa. Se ele tem mais de um vínculo, dois, daí três não pode, ele tira nota como prestador de serviço." Quando questionadas em relação a precarização do trabalho através do vínculo por prestação de serviços, A Assistente Regional e Supervisora de Curso afirmaram que o trabalho decente via prestação de serviço não caracteriza necessariamente uma forma de precarização, pois a maioria dos(as) professores(as) possuem outros vínculos, sendo a maioria deles, professores da rede estadual. A Supervisora aponta: "inclusive a bolsa não tem dedução de imposto". Apenas a bolsista responsável pelo Apoio Administrativo demonstrou dúvida e não emitiu opinião. Além dos(as) professores(as), atuam diretamente na escola outras três bolsistas, são elas: Supervisora de Curso; Apoio Administrativo e Assistente Regional.

A contratação de profissionais da educação, sobretudo de professores(as) na condição de prestadores de serviço, demonstra a consolidação e ampliação de um projeto que visa a precarização do trabalho docente, pois, assim como no novo EM, o MedioTec possibilita a contratação de professores(as) não habilitados(as), conforme aponta Art. 30 do documento da Secretaria de Educação que regulamenta o MedioTec em SC.

Além dos profissionais considerados "não habilitados", outra categoria de professores consta nos documentos da atual reforma da educação implementada pelo Governo Temer: a de profissionais com "notório saber". Para Katren e Marcassa (2017, p. 141) a contratação temporária de profissionais para atuarem nas escolas, amplia a concorrência, aumenta a rotatividade de profissionais e os conflitos, provocando entre os(as) trabalhadores(as) da educação insegurança, instabilidade e precarização das condições de trabalho.

Dessa forma, se qualquer um pode desempenhar o trabalho do professor, sem exigência de formação específica e processos de seleção pública, essa reforma, ao invés de fortalecer a profissão docente, a deslegitima, posto que a entrada de agentes privados sem habilitação ao magistério para a realização das tarefas pedagógicas da escola banaliza a formação de professores e colabora para o processo de desprofissionalização do magistério. Além disso, da forma como a educação vem sendo concebida pelos grupos interessados na reforma dos sistemas de ensino, os profissionais de educação devem se converter em prestadores de serviços, que tem no trabalho educativo uma atividade temporária e ocasional, com a qual não devem manter muitos vínculos – até porque os contratos não lhes permitem essa condição. (KATREIN; MARCASSA, 2017, p. 143)

Essa precarização atinge não só a contratação, mas a formação docente. Conforme apontado pelas autoras, essa desprofissionalização da educação que admite o notório saber possibilita que profissionais sem qualificação ministrem conteúdos diversos com base em conhecimentos tácitos, banalizando assim uma formação científica e cultural. Conforme aponta Kuenzer (2017, p. 351), na concepção materialista histórica, o processo de formação de professores(as) deve abranger não apenas o desenvolvimento de competências técnicas, mas também de intervenção crítica e criativa nos processos de formação humana, que é a própria natureza dos processos educativos.

Esse processo de precarização da educação pública, que atinge fortemente o trabalho docente, implica um empobrecimento da formação humana em todos os níveis de ensino. É um processo que se agrava com a política educacional levada a efeito pelo atual governo e que responde aos interesses das grandes corporações e frações de classe burguesas, vinculadas ao grande capital privado e rentista.

Com efeito, o Estado capitalista vê no processo de precarização da educação, uma forma de barrar os avanços do processo de consciência crítica dos(as) filhos(as) da classe trabalhadora. Pois negando a esses(as) estudantes o acesso efetivo ao conhecimento historicamente produzido, visa assegurar a manutenção das relações de dominação de classe inerentes ao capitalismo (SAVIANI, 2007).

A partir da análise empreendida, o que se viu até aqui é que o MedioTec é mais uma ação que procura ampliar a oferta de EPT, de forma concomitante que, conforme Ramos (2017) é uma estratégia desgastada, pois a concomitância externa, onde os(as) estudantes podem cursar o EM regular e a formação profissional em instituições diferentes, pode ao invés de “oportunidade” acabar se tornando uma penalidade.

É completamente diferente, por exemplo, do jovem que fica o dia inteiro na mesma escola, que tem sua formação básica, tem a formação técnica, que a alimentação já está dada dentro da escola, o projeto político pedagógico é o mesmo, os professores são os mesmos, são articulados numa determinada equipe. (RAMOS, 2017)

Além disso, quando são confrontados os documentos oficiais que dão diretriz a execução do MedioTec e as entrevistas com agentes envolvidos na execução da ação nas instituições de ensino, fica explícita a disparidade entre o que apontam os documentos oficiais e as condições concretas em que vem se dando a oferta da ação. Observa-se um alto índice de evasão escolar e obstáculos estruturais como dificuldade financeira, carência material e de recursos humanos. Desvela-se assim uma ação fragilizada, elaborada e implementada de maneira arbitrária, sem diálogo com a sociedade e que aparentemente desconhece as necessidades reais de cada região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora sempre estivesse atenta aos debates do campo educacional, em meio a tantos retrocessos ocorridos desde o golpe que destituiu a ex-presidenta Dilma, diria que o MedioTec passou despercebido por nossas lentes. Tendo em vista o pouco material de análise referente ao MedioTec, buscou-se com esta monografia não só tentar compreender quais discursos estão embricados na elaboração da ação e como estavam sendo implementada, mas também contribuir para ampliar os estudos e análises existentes sobre o MedioTec, uma vez que ainda são insipientes.

Essa pesquisa se propôs a analisar os documentos oficiais que regulamentam o MedioTec, no que tange seus objetivos e estratégias, assim como sua implementação em duas escolas públicas de SC, considerando a referida ação como uma política de governo voltada para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) inserida em um debate mais amplo.

Assim, com o intuito de compreender o contexto histórico e social em que a ação foi proposta, decidiu-se por analisar, por meio de um referencial teórico crítico, o período histórico que antecede a elaboração da ação apresentando quais as disputas colocadas no campo educacional nos últimos vinte e cinco anos. Aponta-se o papel decisivo dos organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, na elaboração de diretrizes educacionais voltadas especialmente para a educação básica. Como durante o processo de transformações do mundo do trabalho no contexto neoliberal, intensificado na década de 1990, quando o Banco apontava para a importância do desenvolvimento de aptidões por parte da classe trabalhadora que atendessem as necessidades de reprodução da força de trabalho (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2007).

Destaco que embora haja uma forte resistência social à lógica mercantil, tem sido atribuído à educação, e em especial à EPT, um importante papel no atendimento das demandas do capital. O período também é marcado pela defesa da pedagogia das competências, a aprovação da LDB, que não consolidou a formação profissional integrada ao ensino médio, os retrocessos com o Decreto de Lei nº 2.208/97 que estabeleceu a divisão obrigatória entre o EM e a EPT, além do avanço do sistema privado sobre a formação da classe trabalhadora. Conforme apontado por Kuenzer (1991), historicamente o sistema de ensino brasileiro é marcado pela dualidade estrutural, atuando como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais.

Nas décadas posterioris houve esforços empreendidos por intelectuais e movimentos sociais comprometidos com a classe trabalhadora, para a elaboração de uma política educacional que avançasse rumo a universalização da educação. Entretanto, conforme aponta Frigotto (2011), embora tenham ocorridos avanços no que tange à abrangência das políticas educacionais durante os governos do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma, as reivindicações históricas de uma educação unitária e politécnica não avançaram significativamente durante esses governos.

Nesse contexto, insere-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que mantém o acordo de gratuidade com o Sistema S, sem priorizar a proposta política de integração entre os currículos do EM e a EPT, iniciada em 2004.

Ademais, vê-se um cenário de grave regressão político e social, revelando assim os enormes desafios colocados para uma efetiva democratização e universalização da educação brasileira. Este contexto de forte ataque à esfera pública da vida social se concretiza em uma visível retirada de direitos sociais e trabalhistas por meio das leis sobre terceirização (Lei nº 13.429/2017) e da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), da tramitação da reforma da previdência com a PEC 287/2016, o congelamento dos gastos públicos por vinte anos com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016. Ao mesmo tempo, os avanços do capital privado e dos interesses mercantis na formação de políticas educacionais, inclusive as voltadas para a formação da classe trabalhadora, estão exemplificados pela concepção privatista que fundamenta a BNCC, a Reforma do Ensino Médio (aprovada pela Lei nº 13.415/2017) e os projetos de lei em âmbito municipal, estadual e federal que visam implementar o projeto Escola Sem Partido.

Considerando o MedioTec como uma política de governo voltada para EPT inserida em um debate mais amplo, o objeto de estudo desta monografia, insere-se no quadro de contrarreformas acima citado. Por este motivo buscou-se analisar o MedioTec não só por meio dos documentos oficiais que regulamentam a ação, seus objetivos e estratégias, mas também como vem se dando sua implementação, em duas escolas públicas de SC.

Por meio do confronto dos dados contidos nos documentos oficiais que regulamentam a ação e da realização de entrevistas semiestruturadas com agentes envolvidos com a implementação da ação, constatou-se com esta pesquisa, que o MedioTec parece ser mais uma política de governo que difunde um discurso ilusório de “qualificação profissional” e de inserção no mercado de trabalho. Segundo matéria

jornalística publicada em fevereiro deste ano, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Trimestral revelou que a taxa de desocupação de SC atingiu 7,1% em 2017, o maior índice da série histórica, que começa em 2012. Segundo a matéria, entre 2014 e 2017, o índice aumentou 153,6% no Estado. No Brasil, ainda de acordo com os dados da PNAD, a desocupação atingiu 12,7% da população em 2017, índice também recorde.⁷

Portanto, no atual contexto político em que as oportunidades desiguais e diferenciadas são institucionalizadas através de leis, como a que estabelece a reforma do EM, a análise revela que o objetivo proclamado nos documentos do MEC, de preparar jovens estudantes da rede pública de ensino para inserção no mercado laboral, não tem base material de sustentação.

Em nenhum momento os idealizadores da ação demonstram interesse na oferta de uma educação geral integrada à EPT, que vise ofertar uma educação de qualidade e que seja emancipadora, mediante a socialização dos conhecimentos científico-tecnológicos e socioculturais. Pelo contrário, ignorando os movimentos e lutas do campo educacional, o MedioTec foi concebido e vem se realizando por meio da oferta de EPT, de forma concomitante ao EM, apresentando limites graves, desde sua concepção política até sua implementação.

O estudo realizado sugere que esta ação, intitulada MedioTec, foi pensada apenas para responder às demandas do modo como o capital se reproduz atualmente. Como assinala Kuenzer (2017), a maioria dos(as) trabalhadores(as), que tiveram uma escolarização precária e desqualificada, realizada por treinamentos ou cursos aligeirados, acabam por desenvolver conhecimentos e técnicas pouco sofisticados por meio de atividades laborais de natureza simples. No atual contexto, cresce a quantidade de trabalhadores inseridos precariamente no mundo do trabalho e aumentam as possibilidades de superexploração do trabalho. Com efeito, os documentos analisados apontam explicitamente que o objetivo da ação é prioritariamente atender as demandas do mercado de trabalho.

Além disso, a pesquisa empírica revela as contradições que cercam o processo de implementação da ação, direcionada para estudantes matriculados(as) no ensino médio das redes públicas de

⁷ Disponível em

<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/02/desemprego-em-sc-cresceu-153-durante-crise-e-bateu-recorde-em-2017-10171482.html>. Acesso em 28.05.2018.

ensino, socialmente vulneráveis. Embora os documentos oficiais estabeleçam critérios para a seleção das instituições ofertantes, assim como da seleção de vagas, esses critérios foram relativizados e secundarizados pelas dificuldades de serem alcançados os números de matrículas equivalentes ao número de vagas. Por um lado, essas dificuldades provavelmente estão relacionadas ao modo mesmo como se concebe e organiza a ação: por meio da oferta de EPT de forma concomitante ao EM, sem uma efetiva integração entre um curso e outro. Por outro lado, a escolha dos cursos ofertados nem sempre parece corresponder às necessidades reais de inserção profissional no mercado de trabalho local. É o caso, por exemplo, dos cursos ofertados no IEE a partir de orientação da SED-SC: Dança e Arte Circense. Segundo Cardoso (2016), do total de empregos formais existentes em Florianópolis (segundo a RAIS/2014, 288.502), 79% estão localizados no setor de serviços, especialmente áreas de tecnologia e informática, gastronomia, turismo e hotelaria etc.

Como foi informado nas entrevistas realizadas, as escolas pesquisadas apresentam alto índice de evasão, além de inúmeras dificuldades estruturais, relacionadas aos aspectos financeiro, material, de recursos humanos etc. Ademais, ao efetivar a contratação de profissionais como prestadores(as) de serviço, a ação intensifica processo de precarização do trabalho docente.

Por fim, como apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), tomar a qualificação profissional como política compensatória à ausência do direito de uma educação básica sólida e de qualidade é incompatível com a educação omnilateral, politécnica e unitária, objeto das reivindicações e lutas do campo educacional crítico.

Fica a preocupação de que tanto a reforma do EM quanto o MedioTec interrompam os poucos avanços tidos na concepção de um modelo de ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica. Um modelo que teria como diretriz a emancipação da classe trabalhadora a partir da articulação real dos conhecimentos práticos e teóricos e que se contrapõe ao projeto dominante e conservador centrado na concepção de formação polivalente.

A ausência de balanços e relatórios que avaliam a execução da ação nas instituições pesquisadas e a escassez de documentos e informações oficiais não possibilitou uma análise mais aprofundada da concepção política da ação. Embora o MEC/SETEC, tenha lançado três documentos oficiais referentes ao MEDIOTEC, os textos dos três documentos se repetem de forma considerável, sendo diferenciados

apenas pelas instituições ofertantes às quais o documento é direcionado, sejam elas instituição privada, pública ou ainda o Sistema S.

Por se tratar de uma ação muito recente, também se reconhece as limitações da análise empreendida e a necessidade de aprofundar as pesquisas no âmbito do MedioTec, abrindo possibilidades de outras perspectivas de análise e recortes metodológicos, para que se possa conhecer a percepção de outros agentes sociais envolvidos com a ação, como professores(as) e estudantes(as).

Neste momento, considero importante relembrar os motivos pelos quais escolhi o MedioTec como objeto de pesquisa. O conhecimento desta nova ação despertou em mim o interesse em compreender as nuances das políticas de Educação Profissional e Tecnológica, que formam milhares de jovens brasileiros(as). São jovens que muitas vezes acreditam, seguindo o discurso ideológico que invade todas as esferas da vida social, que sua inserção no mercado de trabalho depende unicamente da sua adaptação à “sociedade do conhecimento” e da sua qualificação profissional.

Realizar esta pesquisa foi um grande desafio, mas também muito enriquecedor. Acredito que a educação desempenha um papel fundamental no processo de transformação social, por isso, a compreensão das contradições de classes existentes no campo educacional é fundamental para que se construam possibilidades de uma educação contra-hegemônica.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 3ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BASILIO, Ana Luiza. **Proposta de reforma pode tirar jovens da escola por dois dias na semana**. Carta Capital, 28 mar. 2018. Educação. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/proposta-de-reforma-pode-tirar-jovens-da-escola-por-dois-dias-na-semana>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, p.68-60, 2005. Semestral.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc-ensino-medio/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo trimestre de 2017**. 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e.../pnadc_201702_trimestre_caderno.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996.

_____. Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Presidência da República, 2011.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

_____. MEC. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 2014.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 abr. 2018.

_____. MEC. **PORTARIA Nº 817, DE 13 DE AGOSTO DE 2015**.

2015. Disponível em:

<www.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/bra_pronatec.pdf>. Acesso em: 07 maio 2018.

_____. MEC. **Plano de desenvolvimento da Educação: razões,**

princípios e programas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2018

_____. MEC.SISTEC. **Manual de Operação do Sistec: Bolsa-**

Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador. 2012. Disponível em:

<http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_operacao_sistec_bf.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. MEC. SISTEC. **Manual de Gestão Bolsa-Formação**. 2017.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2017-pdf/61681-setec-manual-de-gestao-da-bolsa-formacao-pdf/file>>.

Acesso em: 25 abr. 2018

_____. MEC. SETEC. **Edital SETEC nº 01, de 03 de Março de**

2017: Apresentação de proposta para a oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos na forma concomitante, no âmbito do PRONATEC/MEDIOTEC - 2º/2017. 2017. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=60641-edital-01-mediotec-2017-pdf&category_slug=marco-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2017

_____. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Brasília, 2014ª.

CARDOSO, José Álvaro. Retomada do desenvolvimento em

Florianópolis: os desempregados tem pressa. Florianópolis: DIEESE, 2016.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

FIRMINO, Carlos Antônio; CUNHA, Ana Maria. **A pedagogia de competências na reforma da educação profissional no Brasil: entre a teoria e a prática escolar**. Anais da 28a Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu/MG, GT: Trabalho e Educação, n. 9, 28a reunião anual, out. 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br>.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. In: Revista Brasileira de Educação. v. 16, n. 48, 235-254, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>.

_____. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres**. 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 92, p.1087-1113, out. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302005000300017>.

_____. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p.65-76, dez. 2014.

_____. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. Berlim: Centro Interamericano de Educação/Unesco, 2006. Disponível em: http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392219264_Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf. Acesso em 05 jan. 2017.

GADOTTI, M. **A escola cidadã frente à escola sem partido**. Blog Resistência e Luta Contra o Golpe, 2 set. 2016. disponível em: <https://resistenciaelutablog.wordpress.com/2016/09/02/a-escola-cidada-frente-a-escola-sem-partido/>

KATREIN, C.; MARCASSA, L. **Assédio moral no cenário de precarização e desprofissionalização da educação pública**. In: GEDIEL, José Antônio Peres et al. (Org.). *Estratégias autoritárias do Estado empregador: assédio e resistências*. Curitiba: Kaygange Ltda., 2017, p.133-153.

KUENZER, Acácia. **Educação e trabalho no Brasil**. Brasília: INEP, 1991.

KUENZER, A.Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, A.Z. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96

KUENZER, A. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr.-jun. 2017.

LABES, Marcelo. **Enclave**. São Paulo: Patuá, 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LEHER, Roberto. **Organização, Estratégia Política e o Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/R-Leher-Estrategia-Politica-e-Plano-Nacional-Educacao.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LIMA, Marcos Ricardo de. **Pronatec-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva marxista**. 2011. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/pronatec.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka. As políticas públicas e o direito à educação: programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego versus plano nacional de educação. **Educ.soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.489-504, abr./jun. 2017.

MACIEL, Samanta Lopes et al. **A atual política nacional de educação profissional: análise crítica do pronatec**. 2014. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-9.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2018.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-185.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília. Ed. Moderna, 2012.

_____. **Manual de Gestão da Bolsa-Formação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Ministério da Educação, 2011.

_____. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio.** 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em 12 mar. 2018.

_____. **Em 2017, Pronatec ofertará quase 10 vezes mais vagas em cursos técnicos a alunos do ensino médio.** 2016. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/41151>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Documento de Referência de Execução MedioTec para as Instituições Públicas e SNA.** 2017a. Disponível em:
 <[https://map.mec.gov.br/attachments/64142/Documento Referência de Execução - Instituições Públicas - SNA.pdf](https://map.mec.gov.br/attachments/64142/Documento%20Refer%C3%ancia%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o%20-%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20P%C3%BAblicas%20-%20SNA.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. **GuiaMediotec.** 2017b. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=64871-guia-meiotec-2017-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 nov. 2017.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 24 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORRONE, B. Maria Helena Guimarães: **“Há um tédio generalizado entre os alunos do ensino médio”.** Época OnLine, 10 ago. 2016.

Ideias. Disponível em:

<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/maria-helena-guimaraes-ha-um-tedio-generalizado-entre-os-alunos-do-ensino-medio.html>.
 Acessado em: 10 abr. 2018

MOTTA, Vânia; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 38, n. 139, p.355-372, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176606>.

MOURA, Dante. **MedioTec: a mesma qualificação para a mesma classe social.** EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017. Entrevista

concedida a JÚNIA, Raquel. Disponível em:
<<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mediotec-a-mesma-qualificacao-para-a-mesma-classe-social>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

MUNDIAL, Banco. **Prioridades y estrategias para la educación**. 1996. Disponível em:
<<http://documents.worldbank.org/curated/pt/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Lúcia Maria; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2008.

OLIVEIRA, Lilian Aparecida Carneiro; MIRANDA, Emmanuella Aparecida. **Políticas de educação profissional: algumas reflexões sobre o pronatec**. In: IV Colóquio nacional e I colóquio internacional: A produção do conhecimento em educação profissional, 2017, Natal. **Colóquio**. Natal: Ifrn, 2017. p. 1 - 11. Disponível em:
<<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A45.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PRONATEC. **MedioTec – MEC lança programa de ensino técnico para estudantes do ensino médio**. Disponível em:
<<http://pronatec.pro.br/mediotec/>>. Acesso em: 31 out. 2017.

RAMOS, Marise. **MedioTec: a mesma qualificação para a mesma classe social**. EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida a JÚNIA, Raquel. Disponível em:
<<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mediotec-a-mesma-qualificacao-para-a-mesma-classe-social>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em:
<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018

RUMMERT, Sonia Maria. **Programas de formação da classe trabalhadora no Brasil atual. Novas expressões da histórica cisão social.** 2016. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/caplli/2016/158352/RZZA71URummertsoniamaria_OK_.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. O PRONATEC e a Relação Ensino Médio e a Educação Profissional. In: ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.** Caxias do Sul: Anped, 2012. p. 2 - 12.

SANTA CATARINA. Secretaria de estado da educação. **Instrução Normativa SED Nº 1191, de 12/05/2017.** 2017. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/pronatec/legislacao-estadual/5322-instrucao-normativa-n-1191-de-12-05-2017-pronatec-mediotec/file>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de estado de educação. Instrução Normativa SED Nº **1262, de 27/04/2018.** 2018. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/mediotec/legislacao-estadual-1/6517-instrucao-normativa-1262-de-27042018/file>>. Acessado em 22 mai. 2018.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ANEXO 1. ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM AGENTES RESPONSÁVEIS PELA OFERTA DO MEDIOTECH NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PESQUISADAS

1. Qual sua avaliação sobre o PRONATEC e o MEDIOTECH?
2. Como se deu a escolha da instituição para a oferta de cursos no âmbito do MEDIOTECH?
– Quais os critérios considerados?
3. Ocorreram reuniões e atividades de formação para preparar os profissionais responsáveis pela execução da Ação?
4. Segundo os documentos oficiais, o MedioTec é entendido pelo Ministério da Educação como sendo uma ação que catalisa a reforma do Ensino Médio.
- Na sua compreensão, de que maneira o MedioTec se aproxima da reforma do Ensino Médio?
5. Segundo o MEC, a escolha dos cursos se dá pelas demandas do mercado regional. Saberia informar quais as demandas consideradas para as escolhas dos cursos a serem ofertados pela instituição de ensino?
6. Uma das características do PRONATEC, e em consequência do MEDIOTECH, é a autonomia dos Estados na gerência dos recursos voltados à ação.
- Como ocorrem os repasses para a escola?
- São a partir do Bolsa-Formação?
7. Os Estados também possuem autonomia no que tange à seleção de vagas. Já a Instrução Normativa SED nº 1191 da Secretaria do Estado de Educação, transfere a responsabilidade da seleção de vagas para as instituições de ensino ofertantes do MedioTec, de acordo com as normas e regulamentos internos da instituição.
- Quais foram os critérios estabelecidos pela instituição para a seleção de público do MedioTec?
8. Quantos(as) profissionais estão envolvidos(as) com a execução e monitoramento da ação dentro da instituição?
- Quais suas funções?

9. Segundo os documentos oficiais do MEC, o(a) estudante receberá Assistência Estudantil para custear as despesas de transporte e alimentação, mas só receberá quando tiver comprovada a presença nas aulas.

- O repasse está acontecendo?

- Poderia esclarecer de que forma ocorre o repasse referente à assistência estudantil e se todos os(as) estudantes são assistidos(as)?

10. Foi feito algum levantamento do perfil socioeconômico dos(das) estudantes matriculados(as) nos cursos do MEDIOTEC oferecidos pela instituição?

11. Tendo em vista que o IEE ofereceu 50 vagas, sendo elas 25 vagas para Arte Circence e 25 vagas para Dança, poderia informar se todas as vagas foram preenchidas e quais foram os critérios de seleção utilizados pelo IEE? Ou 11. Tendo em vista que o CEDUP-JL ofereceu 50 vagas em Hospedagem, poderia informar se todas as vagas foram preenchidas e quais foram os critérios de seleção utilizados pelo CEDUP-JL?

12. Quantos alunos estão matriculados atualmente?

13. Uma das novidades da ação, se comparada a iniciativas anteriores do PRONATEC, são os seminários de profissão, onde devem ser apresentadas as perspectivas relacionadas aos cursos ofertados. Como o perfil das profissões, suas contribuições à sociedade e para o fortalecimento da identidade pessoal e profissional dos(das) educandos(as) etc.

- A Instituição já promoveu ou participou de algum destes seminários?

14. Um dos principais objetivos do MEDIOTEC é possibilitar que a(o) estudante, antes mesmo de finalizar o curso possa ingressar no mercado de trabalho através de estágios curriculares.

- Como ocorrem os processos de orientação educacional para o incentivo e a integração dos(das) estudantes ao mundo do trabalho?

- Esses estágios são remunerados?

15. Outro objetivo da ação é a promoção de orientação, palestras e outras atividades com o objetivo de integrar o(a) estudante ao mundo do trabalho.

- Já foram realizadas atividades para que se cumpram esses objetivos?

16. Houve algum evento com a participação conjunta das três instituições que oferecem cursos do MEDIOTEC em Florianópolis? Tem havido troca de experiências entre elas?

17. Os documentos que orientam a ação preveem o acompanhamento do MEC na execução das atividades realizadas nas instituições de ensino.

- Já ocorreram visitas de avaliadores externos indicados pelo MEC/SETEC para acompanhamento do andamento dos cursos técnicos e da execução do Programa na instituição IEE?

18. Professores(as) e estudantes têm apresentado alguma demanda específica em relação à ação?

19. Você tem alguma outra consideração a fazer em relação ao processo de implantação do MEDIOTEC na instituição?

ANEXO 2. MATRIZ CURRICULAR: TÉCNICO EM DANÇA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 19-INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

15/12/17 15:25:17
 SISGESC

Ano: 2017

MATRIZ CURRICULAR

| Matriz/Curso | | Área Ensino | | | | | |
|----------------------------------------------|--------------------|--------------------------------|------------------------|--------------|-------------|-------------|--|
| 3022-TÉCNICO EM DANÇA | | ENS.PROFISSIONALIZANTE TÉCNICO | | | | | |
| Tipo da Matriz | Tipo Funcionamento | Período Diário | Período Anual | | | | |
| PRONATEC | Regular | Noturno | Semestral | | | | |
| Área de contratação | Aula em minutos | Semanas letivas | Quant. alunos da turma | | | | |
| ENSINO MÉDIO | 60 | 16 | 0 | | | | |
| Etapa | Final da vigência | Aulas Semanais | Nº de Alunos | Área p/Aluno | Finalizante | Total C. H. | |
| 1 - MÓDULO | / / | 25 | 0 | 1,60 m² | Não | 400,0 | |
| Disciplina | | Data Fim | C.H. | Aulas/Horas | Tipo Disc. | Aulas Est. | |
| 584 MÚSICA | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 1156 CULTURA E MOVIMENTO | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4031 ANATOMIA E GINESIOLOGIA | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4032 CRIAÇÃO,DIR.PROD E MONT DE ESPET. E EVE | | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4033 DANÇA CLÁSSICA E MODERNA | | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4034 DANÇAS BRASILEIRAS E FOLCLORE | | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4035 ESTUDOS EXPERIMENTAIS CRIATIVOS DA DAN | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4036 HISTÓRIA DA DANÇA | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4037 INTERPRETAÇÃO CÊNICA | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4038 PROCESSO DE CRIAÇÃO DO MOVIMENTO | | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | |
| Etapa | Final da vigência | Aulas Semanais | Nº de Alunos | Área p/Aluno | Finalizante | Total C. H. | |
| 2 - MÓDULO | / / | 25 | 0 | 1,60 m² | Não | 400,0 | |
| Disciplina | | Data Fim | C.H. | Aulas/Horas | Tipo Disc. | Aulas Est. | |
| 4032 CRIAÇÃO,DIR.PROD E MONT DE ESPET. E EVE | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4034 DANÇAS BRASILEIRAS E FOLCLORE | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4035 ESTUDOS EXPERIMENTAIS CRIATIVOS DA DAN | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4037 INTERPRETAÇÃO CÊNICA | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4039 ARTE E LUDICIDADE NO PROCESSO PEDAGÓG | | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4040 DANÇA CONTEMPORÂNEA, ÉTNICAS,ARTE E C | | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4041 DANÇA E DIVERSIDADE | | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4042 DIREÇÃO DE PALCO E CONTRARREGRA | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4043 MAQUIAGEM, FIGURINO E ADEREÇOS | | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | |
| 4044 PRÁTICA DE MONTAGEM DE TEXTO E MÚSICA | | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | |

ANEXO 3. MATRIZ CURRICULAR: TÉCNICO EM ARTES CIRCENSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 19-INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

15/12/17 15:27:24
 SISGESC

Ano: 2017

MATRIZ CURRICULAR

| Matriz/Curso | | Área Ensino | | | | | |
|----------------------------------------------|--------------------|--------------------------------|------------------------|--------------|-------------|-------------|--|
| 3023-TÉCNICO EM ARTES CIRCENSES | | ENS.PROFISSIONALIZANTE TÉCNICO | | | | | |
| Tipo da Matriz | Tipo Funcionamento | Período Diário | Período Anual | | | | |
| PRONATEC | Regular | Noturno | Semestral | | | | |
| Área de contratação | Aula em minutos | Semanas letivas | Quant. alunos da turma | | | | |
| ENSINO MÉDIO | 60 | 16 | 0 | | | | |
| Etapa | Final da vigência | Aulas Semanais | Nº de Alunos | Área p/Aluno | Finalizante | Total C. H. | |
| 1 - MÓDULO | / / | 25 | 0 | 1,60 m² | Não | 400,0 | |
| Disciplina | Data Fim | C.H. | Aulas/Horas | Tipo Disc. | Aulas Est. | | |
| 4031 ANATOMIA E CINESIOLOGIA | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4032 CRIAÇÃO,DIR,PROD E MONT DE ESPET. E EVE | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4037 INTERPRETAÇÃO CÊNICA | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4045 CULTURA E SOCIEDADE | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4046 FUND TEAT E DE DANÇA P AS ARTES DO CIRC | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4047 HISTÓRIA DAS ARTES DO CIRCO | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4048 MODALIDADES CIRCENSES | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4049 PREPARAÇÃO CORPORAL | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | | |
| Etapa | Final da vigência | Aulas Semanais | Nº de Alunos | Área p/Aluno | Finalizante | Total C. H. | |
| 2 - MÓDULO | / / | 25 | 0 | 1,60 m² | Não | 400,0 | |
| Disciplina | Data Fim | C.H. | Aulas/Horas | Tipo Disc. | Aulas Est. | | |
| 4032 CRIAÇÃO,DIR,PROD E MONT DE ESPET. E EVE | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4037 INTERPRETAÇÃO CÊNICA | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4039 ARTE E LUDICIDADE NO PROCESSO PEDAGÓG | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4043 MAQUIAGEM, FIGURINO E ADEREÇOS | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4045 CULTURA E SOCIEDADE | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4046 FUND TEAT E DE DANÇA P AS ARTES DO CIRC | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4048 MODALIDADES CIRCENSES | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 4049 PREPARAÇÃO CORPORAL | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | | |

ANEXO 4. MATRIZ CURRICULAR: TÉCNICO EM HOSPEDAGEM



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
700029-CEDUP DR JORGE LACERDA

15/12/17 16:03:51
SISGESC

Ano: 2017

MATRIZ CURRICULAR

| Matriz/Curso | | Área Ensino | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------|--------------------------------|------------------------|--------------|-------------|-------------|--|
| 3021-TÉCNICO EM HOSPEDAGEM | | ENS.PROFISSIONALIZANTE TÉCNICO | | | | | |
| Tipo da Matriz | Tipo Funcionamento | Período Diário | Período Anual | | | | |
| PRONATEC | Regular | Diurno | Semestral | | | | |
| Área de contratação | Aula em minutos | Semanas letivas | Quant. alunos da turma | | | | |
| ENSINO MÉDIO | 60 | 16 | 25 | | | | |
| Etapa | Final da vigência | Aulas Semanais | Nº de Alunos | Área p/Aluno | Finalizante | Total C. H. | |
| 1 - MÓDULO | / / | 25 | 0 | 1,66 m² | Não | 400,0 | |
| Disciplina | Data Fim | C.H. | Aulas/Horas | Tipo Disc. | Aulas Est. | | |
| 202 LÍNGUA PORTUGUESA | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 441 ESTUDOS REGIONAIS | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 535 INFORMÁTICA | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 558 RELAÇÕES HUMANAS | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 2238 MARKETING HOTELEIRO | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 3869 MEIOS DE HOSPEDAGEM | / / | 80,0 | 5 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 3870 OPERAÇÕES DE RECEPÇÃO E RESERVAS | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | | |
| Etapa | Final da vigência | Aulas Semanais | Nº de Alunos | Área p/Aluno | Finalizante | Total C. H. | |
| 2 - MÓDULO | / / | 25 | 0 | 1,66 m² | Não | 560,0 | |
| Disciplina | Data Fim | C.H. | Aulas/Horas | Tipo Disc. | Aulas Est. | | |
| 319 LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 320 LÍNGUA ESTRANGEIRA - ESPANHOL | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 778 ESTÁGIO SUPERVISIONADO | / / | 160,0 | 0 | Estágio só A | 0 | | |
| 2239 LEGISLAÇÃO HOTELEIRA | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 2836 SISTEMA ESTRUTURAL DO TURISMO | / / | 32,0 | 2 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 3478 GESTÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM | / / | 64,0 | 4 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 3871 OPERAÇÕES DE GOVERNANÇA | / / | 48,0 | 3 | Reg.só Alun | 0 | | |
| 3872 NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA | / / | 80,0 | 5 | Reg.só Alun | 0 | | |